

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Representações sociais do voto: comportamentos e atitudes de cidadania e participação eleitoral

Maria Gabriela Gomes Morais Mata Quintão Caldeira

Mestrado em Sociologia

Orientador:

Doutor José Luís Casanova, Professor Auxiliar
Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2020



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Representações sociais do voto: comportamentos e atitudes de cidadania e participação eleitoral

Maria Gabriela Gomes Morais Mata Quintão Caldeira

Mestrado em Sociologia

Orientador:
Doutor José Luís Casanova, Professor Auxiliar
Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2020

AGRADECIMENTOS

A investigação científica apesar de ser um percurso solitário, depende de muitos fatores que contribuem para a sua concretização e sucesso.

Desta forma quero agradecer ao Professor Doutor José Luís Casanova, por ter aceite o convite para meu orientador, demonstrando total disponibilidade e acessibilidade.

Um agradecimento à Professora Doutora Patrícia Ávila, pelo apoio que me concedeu num momento de indecisão.

Um agradecimento à Professora Doutora Sónia Pintassilgo, que me incentivou a seguir em frente para iniciar a dissertação, com o seu carinho e atenção.

Por sua vez, a família é fundamental para a harmonia e estabilidade necessárias, para o cumprimento dos objetivos a que nos propomos. Assim, agradeço às minhas filhas pelo apoio e incentivo, e um agradecimento muito especial ao meu marido que com a sua perseverança, atenção, carinho e incentivo, me ajudou a ter disponibilidade mental para concluir esta dissertação.

RESUMO

Esta investigação pretende, com base no conceito de representação do voto e estabelecendo uma relação entre este e os comportamentos eleitorais dos indivíduos enquanto cidadãos, através da análise dos discursos e percepções que os mesmos identificam na sua relação com o sistema político e o exercício do voto, procurar pistas para desenvolver uma abordagem de análise que permita uma maior integração dos conceitos, disposições e reflexividade, na interpelação à temática dos comportamentos de cidadania em geral e eleitorais, em particular, considerando os espaços digitais como indicadores de mudança.

Este trabalho teve como metodologia o processo dedutivo através da aplicação de um inquérito por questionário, divulgado através das redes sociais, dada a importância destas para a socialização dos intervenientes, enquanto espaço de diferenciação, numa nova forma de organização social.

Concluiu-se que o voto, enquanto mecanismo do sistema democrático, é representado como único e indispensável para a intervenção dos cidadãos na mudança do sistema político e seus líderes, sendo identificado como um dever/direito e um ato de cidadania.

A falta de confiança no sistema político e seus representantes caracteriza esta amostra que, apesar da realidade percecionada, apresenta uma fraca disposição para agir. É uma amostra escolarizada, que procura estar informada sobre as questões políticas, utilizando os diferentes meios de comunicação social, apresentando diferenças nos comportamentos face ao género. Porém, demonstra ser pouco interventiva.

Palavras-chave: representações do voto, disposições, cidadania, reflexividade, participação cívica, participação eleitoral.

ABSTRACT

This research aims, based on the concept of representation of the vote and establishing a relationship between it and the electoral behaviors of individuals as citizens, through the analysis of the discourses and perceptions that they identify in their relationship with the political system and the exercise of the vote, to seek clues to develop an approach of analysis that allows a greater integration of concepts, provisions and reflexivity, in the question to the theme of citizenship behaviors in general and electoral, in particular, considering digital spaces as indicators of change.

This work had as methodology the deductive process through the application of a questionnaire survey, disseminated through social networks, given the importance of these for the socialization of the actors, as a space of differentiation, in a new form of social organization.

It was concluded that voting, as a mechanism of the democratic system, is represented as unique and indispensable for the intervention of citizens in the change of the political system and its leaders, being identified as a duty/right and an act of citizenship.

The lack of confidence in the political system and its representatives characterizes this sample, which, despite the reality, presents a weak willingness to act. It is a schooled sample, which seeks to be

informed about political issues, using the different media, presenting differences in gender behaviors. However, it proves to be unintervening.

keywords: representations of the vote, dispositions, citizenship, reflexivity, civic participation, electoral participation.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	i
RESUMO	iii
ÍNDICE.....	v
ÍNDICE DE QUADROS	v
ÍNDICE DE FIGURAS	vi
INTRODUÇÃO	1
1. CAPÍTULO ENQUADRAMENTO TEÓRICO	3
1.1. NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE O ESTADO DA ARTE	3
1.2. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: OBJETIVAS E SUBJETIVAS	4
1.2.1. REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO VOTO	6
1.3. PERCEÇÕES POLÍTICAS E DISPOSIÇÕES	7
1.4. DESIGUALDADES SOCIAIS, EXPOSIÇÃO AOS MEDIA E PRÁTICAS DE CIDADANIA	10
2. CAPÍTULO ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA	13
2.1. OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO	13
2.2. PROBLEMÁTICA	13
2.3. PERGUNTA DE PARTIDA	14
3. CAPÍTULO METODOLOGIA	15
3.1. O MODELO DE ANÁLISE.....	15
3.2. O DESENHO DA PESQUISA.....	16
3.3. IDENTIFICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DA AMOSTRA.....	17
3.4. NOTAS EPISTEMOLÓGICAS E NOÇÕES DE ÉTICA.....	18
4. CAPÍTULO ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	19
4.1. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA	19
4.2. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E A PARTICIPAÇÃO ELEITORAL.....	20
4.2.1. OS DISCURSOS SOBRE RAZÕES E REGULARIDADE DE VOTO.....	20
4.3. DESIGUALDADES SOCIAIS NOS COMPORTAMENTOS ELEITORAIS.....	27
4.3.1. PERCEÇÕES FACE AO POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO E PRESSÃO SOCIAL	27
4.3.2. PARTICIPAÇÃO ASSOCIATIVA, AÇÕES E VALORES CÍVICOS EM CONTEXTO POLÍTICO.....	30
4.3.3. CONFIANÇA E SATISFAÇÃO COM AS INSTITUIÇÕES NO CONTEXTO POLÍTICO.....	33
5. CAPÍTULO CONCLUSÕES.....	37
5.1. REFLEXÃO SOBRE AS LIMITAÇÕES DECORRENTES DA INVESTIGAÇÃO	40
BIBLIOGRAFIA	41
ANEXO A – MODELO E OPERACIONALIZAÇÃO.....	45
ANEXO B – QUADROS E FIGURAS DE SUPORTE À ANÁLISE DE DADOS	46
ANEXO C – INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO	57

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 4-1 – Distribuição da amostra por sexo e escalão etário (n = 1050).....	19
Quadro 4-2 – Distribuição da amostra por sexo e grau de escolaridade completo (n= 1050).....	19
Quadro 4-3 – Fatores determinantes da tendência para votar	22
Quadro 4-4 – Transcrição de algumas das respostas sobre as razões para votar ou não votar	25
Quadro 4-5 – Perceção sobre o entendimento das mudanças necessárias no sistema político.....	27
Quadro 4-6 – Coeficientes de correlação linear de Parsons entre os itens de ações.....	31
Quadro 4-7 – Medidas de associação entre características sociais e políticas e práticas de cidadania	32
Quadro 3-1 – Operacionalização de conceitos.....	45
Quadro 3-2 – Consistência interna do modelo	45
Quadro 3-3 – Consentimento dado pelos indivíduos que acederam responder ao inquérito.....	46
Quadro 4-8 – Caracterização da amostra (N = 1050).....	46
Quadro 4-9 – Média dos indivíduos por sexo e idade (N = 1050)	46
Quadro 4-10 – Distribuição da frequência de voto nas eleições em função do sexo (%).....	47
Quadro 4-11 – Resultados da regressão logística. Determinantes da tendência de voto.....	47
Quadro 4-12 – Frequência com que os indivíduos vêm notícias/programas sobre política nos meios de comunicação (%).....	48
Quadro 4-13 – Posicionamento ideológico em função das características sociais, em linha (%)	49
Quadro 4-14 – Caracterização dos indivíduos que têm participação associativa ativa (%)	51

Quadro 4-15– Mobilização ativa – Frequência das Ações cívicas (%)	52
Quadro 4-16 – Caracterização dos indivíduos com mobilização ativa (ações cívicas) (%)	52
Quadro 4-17 – Distribuição das perceções sobre práticas sociais em função da tendência para votar (%).....	53
Quadro 4-18 – Determinantes da confiança nas instituições políticas (%)	54

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 4-1 – Média das respostas à perceção sobre o voto e política.....	21
Figura 4-2 – Perfil do abstencionista da presente amostra	24
Figura 4-3 – Distribuição da tendência de voto em função de filiado num sindicato e a importância em filiar-se num partido político (%)	29
Figura 4-4 – Distribuição da confiança nas instituições pelo sexo e escalão etário (%)	33
Figura 4-5 – Distribuição da satisfação com as instituições em função do sexo e escalão etário (%)	34
Figura 4-6 – Distribuição da satisfação com a vida em geral em função da tendência de voto (%)	35
Figura 4-7 – Distribuição da satisfação e confiança nas instituições segundo a da situação económica dos últimos 5 anos (%)	36
Figura 3-1 – Modelo de análise.....	45
Figura 4-8 – Distribuição das razões para votar em função do indicador socioprofissional (%)	47
Figura 4-9 – O que uma pessoa como eu pensa não interessa aos políticos, em função da escolaridade, da idade e do sexo (%).....	48
Figura 4-10 – Média do que uma pessoa como eu pensa não interessa aos políticos em função da exposição à informação política	48
Figura 4-11– Nuvem de palavras referente à sua repetição nas respostas à questão: P16_1 - quais as mudanças?	49
Figura 4-12– Distribuição do posicionamento ideológico (%),	49
Figura 4-13 – Distribuição do posicionamento ideológico em função do sexo (%).....	50
Figura 4-14– Distribuição dos indivíduos sem identificação ideológica em função da regularidade de voto nas eleições (%).....	50
Figura 4-15 –Distribuição posicionamento político em função do inativos (%).....	50
Figura 4-16 – Distribuição da tendência de voto com a pressão social no voto (%).....	51
Figura 4-17 – Participação associativa ativa em função da escolaridade e do escalão etário e, do sexo (%).....	52
Figura 4-18 – Média da Confiança nas Instituições (n=1050)	53
Figura 4-19 – Distribuição da confiança nas instituições em função da tendência de voto (%)	54
Figura 4-20 – Distribuição da confiança nas instituições políticas em função da tendência de voto (%)	54
Figura 4-21 – Média da Satisfação com as Instituições e vida em geral	55
Figura 4-22 – Distribuição da satisfação com as instituições (%).....	55
Figura 4-23 – Distribuição da satisfação com as instituições em função da tendência de voto (%)	55
Figura 4-24 – Satisfação com a vida em função do sexo e escalão etário (%).....	56
Figura 4-25 – Média da satisfação com as instituições segundo a confiança.....	56

INTRODUÇÃO

A Sociologia tem procurado estudar e compreender, recorrendo às diferentes teorias sociológicas, os comportamentos dos indivíduos e das sociedades humanas. Num mundo marcado por transformações e desigualdades, muitas são as inquietudes que se apresentam aos investigadores, face aos conflitos e tensões sociais que se manifestam no seio das sociedades contemporâneas, em particular em sociedades informacionais, com a sua nova forma de organização social, em que a internet originou novas configurações na utilização das tecnologias, mas também na relação entre os indivíduos e a sociedade (Castells, 2005).

O afastamento dos indivíduos dos sistemas governativos nas sociedades democráticas, independentemente da sua natureza ideológica, tem sido objeto de estudo. “A democracia está muito mais presente em todo o Mundo, mas os eleitores em muitas democracias representativas estabelecidas não parecem muito entusiasmados.” (Giddens, 2013). Esta falta de entusiasmo tem como consequência um distanciamento dos indivíduos das instituições políticas, refletindo-se na falta de confiança que demonstram ter sobre estas. Identificar as razões que condicionam as ações dos indivíduos para uma menor participação eleitoral, quando são chamados a pronunciarem-se e a escolher quem os represente, foi o que influenciou esta investigação, no sentido de perceber quais as representações que os indivíduos têm sobre o voto, das quais dependem as razões dos seus comportamentos, sem perder de vista a importância das características sociais, às quais as desigualdades estão associadas. Acresce que se deverá ter presente que a sociologia deve acompanhar as mudanças e desenvolver novos paradigmas capazes de analisar realidades e contextos distintos, onde os processos sociais assumem dependência dos espaços tecnológicos em geral e, da internet, em particular (Lupton, 2014). Isto porque como refere Giddens (2013) a internet tem um poder de democratização, porque facilita a disseminação de ideias.

“As representações sociais constituem a forma como os indivíduos apropriam o mundo que os rodeia, ajudando-os a compreender e a agir” (Jodelet, 1989 citada por Cabecinhas, 2009). Através das representações os indivíduos constroem a sua visão sobre os diferentes domínios da sua vida e agem em conformidade. No entanto, sabe-se que estas são influenciadas pelas desigualdades existentes nos diferentes grupos da sociedade, dada a facilidade na apropriação do conhecimento e da informação por parte de alguns grupos face a outros. Esta aquisição de informação e a reflexividade inerente, são diretamente proporcionais aos recursos disponíveis a que cada um tem acesso. Os meios digitais são recursos que obrigam a novas formas de interação e promovem desigualdades. Por outro lado, a comunicação social assume importância no exercício de cidadania através do papel de “agentes de reflexividade” (Giddens, 1991 *apud* Cardoso, 2014), contribuindo para a elaboração das representações.

As representações sociais do voto, enquanto conceito a trabalhar, influenciam as práticas de cidadania dos indivíduos mediante os valores e atitudes que promovem e que se harmonizam em função das relações e interações individuais e de grupo. Estas interações ajudam na construção e interpretação dos diferentes fenómenos com que lidam no quotidiano. As práticas de cidadania, por sua vez,

influenciam as representações sociais do voto e interagem com as percepções e decisões face a determinado acontecimento. No entanto, as representações sociais são condicionadas pelas características sociais que determinam o nível de diferentes recursos, influenciando as disposições que servem de mediadoras e orientam, tanto as atitudes e valores dos indivíduos, como as suas representações. Neste sentido, a comunicação social pode ter influência nestas representações uma vez que esta não se limita a transmitir informação, mas transforma-a, moldando parte da informação à qual os indivíduos têm acesso (Giddens, 2013). De igual forma a receção das mensagens estão sujeitas a diferentes interpretações por parte de quem as recebe (idem, ibidem).

A abordagem das desigualdades sociais tem um papel fundamental, porque as oportunidades não são iguais para todos os indivíduos na distribuição de recursos, em particular os recursos escolares, diferenciadores nas relações de poder e capacitação dos indivíduos em lidar melhor com realidades mais complexas e que requerem maior reflexividade, onde se incluem os espaços digitais. A relação entre os diferentes capitais que os indivíduos adquirem na sua socialização com a política são potencialmente diferenciadores, nos processos de participação e desempenho dos diferentes papéis que lhes estão atribuídos enquanto cidadãos.

A estruturação do presente trabalho será apresentada no desenvolvimento dos capítulos a seguir identificados.

No 1.º capítulo – Enquadramento Teórico: começa por se apresentar uma breve introdução sobre o Estado da Arte. De seguida, dividido em subcapítulos, apresenta-se algumas abordagens teóricas sobre o tema das Representações sociais, bem como uma proposta da representação do voto, explorando as suas diferentes dimensões, com o objetivo de compreender os comportamentos eleitorais numa conceptualização sociológica, bem como a sua explicação.

No 2.º capítulo – Organização da pesquisa: apresenta-se o objeto, o objetivo central e objetivos específicos do estudo em referência, bem como a sua pertinência para a sociologia.

No 3.º capítulo – Metodologias: Descrevem-se as estratégias metodológicas aplicadas no presente estudo, as linhas diretivas que serviram de guia para a análise do objeto, apresentando o modelo de análise e as hipóteses a testar, bem como a identificação da população e da amostra que serviu de referência para a aplicação do inquérito por questionário. De seguida apresenta-se uma breve nota sobre questões epistemológicas e éticas sobre o desenvolvimento da investigação.

No 4.º capítulo – Análise e discussão dos resultados: identificam-se e explicam-se os resultados obtidos que respondem às questões elaboradas sobre o objeto, com o objetivo de perceber as distâncias ou aproximações dos dados recolhidos à realidade apresentada em outros estudos. Procura-se verificar as hipóteses com o propósito de alcançar os objetivos e confrontar estes resultados com as teorias revisitadas.

No 5.º capítulo – Conclusões: descrevem-se as conclusões, apresentando algumas limitações do respetivo estudo.

1. CAPÍTULO | ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE O ESTADO DA ARTE

Na literatura existem diferentes modelos de análise dos comportamentos eleitorais, classificados de diferentes formas e identificados por diferentes tipologias. Falamos do modelo sociológico, do modelo sociopsicológico, do modelo económico do voto (escolha racional), do modelo institucionalista, da teoria das novas clivagens, entre outros (Freire, 2001, Costa, 2011, Santo, 2019). Não se pretende aqui explorar as características e conceptualizações de cada modelo acima identificado, mas apenas referenciar a sua existência.

Nas obras dos autores Lazarsfeld et al. (1944), “The People Choice”, Berelson et al. (1954) “Voting” e Katz e Lazarsfeld (1995) “Personal Influence”, pioneiros na construção do modelo sociológico, encontram-se os seguintes pressupostos: a participação eleitoral dos indivíduos depende do acesso à informação, dando ênfase às características sociais, à pressão social que o indivíduo sofre por parte da família e outras relações sociais; tem em conta o setor de atividade e não descora o papel dos partidos políticos e outras associações da sociedade civil (Lazarsfeld et al., 1944; Freire, 2000, 2001; Freire e Magalhães, 2002; Antunes, 2008; Costa, 2014). Posteriormente, Mayer “tipificou os modelos explicativos do voto em sociológicos ou deterministas” (Mayer, 1997 *apud* Santo, 2019).

Estudos sobre o caso português realçam a pouca influência das características sociais no voto, apoiando-se na prevalência dos laços como influenciadores das escolhas políticas (Magalhães, 2008) ou sobrevalorizando a simpatia pelos líderes e avaliação dos governantes (Jalali, 2009). De igual modo Freire (2009), refere que o posicionamento na escala esquerda/direita tem pouca influência nas decisões de voto. De qualquer forma Santo (2019) afirma que os modelos sociológicos estão mais vocacionados para interpretar os fenómenos relacionados com os comportamentos eleitorais.

Encontramos na literatura múltiplos argumentos que descrevem os comportamentos sociais, relativamente à forma como os indivíduos se relacionam com o governo, com os políticos, com as instituições, no desempenho das suas práticas de cidadania, apresentando diferentes perspetivas, umas mais complexas, outras mais simplistas, assentes em teorias, nem sempre concordantes, sobre características sociais, perceções, atitudes e valores que promovem as disposições dos indivíduos para agir relativamente a estas relações (Freire, 2000, 2001; Magalhães, 2001; Freire e Magalhães, 2002; Casanova, 2004; Antunes, 2008; Magalhães, 2008; Freire, 2009; Godoy, 2013; Bruno Costa, 2014; Tiago Carvalho, 2014; Casanova, 2016; Casanova e Almeida, 2018; Santo 2019). A falta de confiança nas instituições reflete-se nos comportamentos de cidadania e na participação eleitoral, como nos descrevem alguns autores (Magalhães, 2001; Jalali, 2004; Almeida et al., 2006; Jalali, 2009).

Muitas são as razões elencadas pelos eleitores para justificar a falta de participação eleitoral. O voto pode ter diferentes significados para quem o utiliza, seja para apoiar, contestar ou simplesmente por dever cívico (Magalhães, 2001). Esta relação de distanciamento promove outras preocupações relativamente à forma como os indivíduos se vêm representados. Como descreve Magalhães, do ponto

de vista normativo, os eleitores poderão ter dois tipos de abstenção eleitoral: abstenção enquanto “sintoma de normalização da vida política” ou, por outro lado, abstenção enquanto “sintoma de violação das condições de democracia”, considerando nesta última as desigualdades estruturais dos indivíduos (2001:1080).

No entanto, para Belchior (2015a), o posicionamento ideológico é um indicador referenciado, dado que muitos são os indivíduos que não se identificam com o atual sistema dos partidos políticos de esquerda/direita, podendo esta identificação ideológica abstrata condicionar os menos informados nas suas escolhas eleitorais. Por outro lado, as mudanças de posição política também podem estar dependentes dos comportamentos dos partidos políticos e da informação que estes proponham aos eleitores através do conteúdo dos seus programas (Idem, *ibidem*).

1.2. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: OBJETIVAS E SUBJETIVAS

No presente estudo as representações sociais são parte do eixo central do desenvolvimento do presente trabalho, dado que estas constituem a forma como os indivíduos apropriam e transformam a realidade que os rodeia, interiorizando as externalidades e exteriorizando as internalidades, permitindo-lhes uma melhor compreensão do mundo e, em função disso, agir.

Na perspetiva de Durkheim as representações são consideradas coletivas, pois no seu entendimento os indivíduos não exercem muita influência no social, mas é o social que exerce influência sobre os indivíduos. Baseia o raciocínio no argumento de que as representações são o produto do conhecimento e ciência que a sociedade acumula. Estas resultam de uma combinação entre as ideais e experiências de gerações passadas através de estruturas sociais pré-estabelecidas. No entanto, muitos dos indivíduos entendem apenas parte desse conhecimento, outros não conseguem sequer atingir algumas noções da realidade, ao qual Durkheim explica que “empregamos todos as mesmas palavras sem lhes darmos todos o mesmo sentido” (2009[1912]:484). Esta conceção clássica, apresenta uma visão macro relativamente à forma como aborda as representações dos indivíduos. Trata-se assim de um conceito mais estático e simples para explicar a forma como os indivíduos entendem o mundo. Mais tarde Moscovici (2003) elaborando a teoria de Durkheim, incluiu a dimensão micro na análise das representações, transpondo para a consciência dos indivíduos as ações e reações destes ao mundo, procurando identificar como se constroem as representações e qual o seu papel na dimensão social dos indivíduos, tornando-as mais complexas e dinâmicas, dado que as sociedades contemporâneas também se apresentam mais complexas do que as primitivas.

Entendem-se assim as representações como um conjunto de explicações, ideias e crenças que nos permitem evocar um dado acontecimento. Estas resultam da interação social, através das manifestações comuns a um determinado conjunto de indivíduos. Falamos de um sistema de interpretações que regula os comportamentos dos indivíduos na relação com os outros, influenciando o pensamento e que se manifestam através da forma como estes agem perante o outro. Contudo, estas representações estão

condicionadas pela estrutura social, dado que esta determina que nem todos têm o mesmo acesso e liberdade no processo das representações (Cabecinhas, 2009).

Este processo contínuo de receber e processar a informação sobre a realidade, não é processo único, uma vez que os indivíduos também constroem significados e exteriorizam esses mesmos significados na sua interação com os outros. Identifica-se deste modo que as representações sociais consubstanciam uma forma de conhecimento socialmente produzido e coletivamente partilhado (Jodelet, 1989). Os processos de comunicação e interiorização que dão origem às representações dependem de fatores culturais, são processos dinâmicos, estão em constante transformação e têm um carácter heurístico (Vala, 1986).

É a forma como os indivíduos utilizam e interiorizam o conhecimento que lhes permite tomar decisões na sua vida. A procura de satisfação pessoal, está dependente da sua integração na estrutura social, revelando “as clivagens, diferenciações e as relações de dominação” (Cabecinhas, 2009:3) e poder, como podemos evidenciar nas representações que os indivíduos têm de determinado objeto (idem, ibidem). “Os sujeitos sociais compreendem o mundo social que os compreende.” (Bourdieu, 1979:446). Quer isto dizer, que as representações estão para além das propriedades materiais. Estão sim dependentes de operações cognitivas que os indivíduos constroem sobre a realidade em que vivem, na transformação de significados que produzem e, ao mesmo tempo, reproduzem, como representação dessa mesma realidade (idem, ibidem). Este facto torna-se relevante para a compreensão e explicação das representações sociais, dado que existe uma simbiose entre a forma como os indivíduos se classificam e classificam os outros.

As representações são constituídas por um sistema de valores, noções e práticas diretamente dependentes das relações sociais e de processos simbólicos, que permitem aos indivíduos orientarem-se no meio social, possibilitando a tomada de posições relativamente à sua vida (Vala, 1986). A mudança de valores que se deu na modernidade tem contribuído para uma alteração substancial dos comportamentos sociais, dado que os indivíduos fazem escolhas mais livres e diversificadas, com base nas suas perceções, alterando a forma como solucionam os seus problemas, sem deixar de ter em conta que a posição social condiciona estas escolhas (Almeida, 1996).

Coletivamente os indivíduos elaboram as especificidades das representações sociais que estão dependentes da situação do grupo social onde ela é reproduzida o que, por sua vez, contribui para a diferenciação desse grupo (Vala, 1986). Não obstante, as representações sociais “são todo o tipo de avaliações cognitivas, de saberes, também estruturados, que se referem a realidades, processos, situações” (Almeida, 1994:177). Estas construções avaliativas e simbólicas que os indivíduos vão produzindo ao longo da sua vida, são consequência de processos evolutivos que vão acontecendo dentro das sociedades. Porque como refere Giddens a “produção de conhecimento sistemático sobre a vida social torna-se integrante da reprodução do sistema, deslocando a vida social da fixidez da tradição” (1991:51), evidenciando a apropriação do conhecimento através da reflexividade.

A revolução digital que se tem verificado nas últimas décadas, é um novo processo de mudança das sociedades, apesar de ainda não estar completamente acessível a toda a população. Esta nova mudança representa uma necessidade de novos paradigmas que precisam de novas interpretações e novas teorias. Estas transformações retomam como ponto central as relações em rede – “todas as conexões directas ou indirectas que unem um indivíduo ou um grupo a outros indivíduos ou grupos” (Giddens, 2013:924), que se apresentam intermediadas por uma tecnologia que contribui para uma nova forma organizacional das redes, transformando a interação entre os indivíduos e apresentando novas formas de sociabilidades (Castells, 2005). Existem assim uma série de processos de mudanças, que influenciam os comportamentos dos indivíduos e a forma como estes interagem, alterando os modelos teóricos tradicionais da análise das redes de Granovetter, uma vez que estas relações se manifestam através das redes sociais e plataformas digitais.

1.2.1. REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO VOTO

O voto é uma instituição que tem como finalidade eleger através de sufrágio, do qual é fim último, os representantes governativos e constitui-se numa atividade continuada de renovação das soluções políticas no sistema em que está inserido (Santo, 2019), mas não deixa de evidenciar um comportamento (Lisi, 2019).

“O processo de conquista dos direitos civis e políticos permitiu a extensão do direito de voto, facilitando o acesso dos cidadãos a esta forma de participação política.” (Costa, 2014:74). Desde então, o voto tem sido o veículo utilizado pelos cidadãos, nos sistemas democráticos, como forma de escolha dos governantes que os representam. Esta representatividade tem como primeiro objetivo assegurar a implementação de processos de liberdade e igualdade, através do estabelecimento de normas e regras que regulam a vida em sociedade. Porém, apesar da liberdade ter sido assegurada nas sociedades democráticas, o mesmo não se pode dizer da igualdade. Os governos não têm sido capazes de resolver as desigualdades existentes nas sociedades contemporâneas e democráticas, que se têm vindo a intensificar ao longo das décadas, sendo responsabilizados pelos cidadãos que entendem que a resolução dos problemas da sociedade passa pela tomada de medidas políticas que favoreçam o bem-estar social, de igual forma para todos.

Nas percepções que os cidadãos constroem relativamente ao ato de votar, isto é, nas representações do voto, existe um conjunto de relações sociais mediadoras que influenciam os interesses individuais e coletivos, enquanto são constringidos pelos contextos familiares, sociais e territoriais, que influenciam a construção da realidade adaptada às suas circunstâncias de vida. Isto porque, os indivíduos não só fazem parte das dinâmicas que impulsionam a sociedade, na sua relação com esta e na relação com os outros, mas também na reflexão interior (Casanova, 2004).

O entendimento do voto, como processo político e enquanto mecanismo de participação na sociedade, permitindo escolher e fazer parte dessa mesma sociedade, funciona como um fator simbólico

de uma realidade idealizada, que muitas vezes não é alcançada, provocando um distanciamento do sistema. Os cidadãos conferem a si próprios o direito de escolher o que mais lhes convém, mobilizando a sua ação através do seu interesse (Almeida, 1996). Adaptar os processos reflexivos a esta realidade torna-se difícil do ponto de vista teórico, porque não existe uma só forma de operacionalização daqueles.

Com vista à realização pessoal e através de processos individuais, o indivíduo promove a procura de mecanismos individualistas, tendo por fim a sua satisfação pessoal. Porém, isto não quer dizer que estejam excluídos dos grupos, com os quais se identificam e intensificam as representações comuns, na procura de objetivos igualmente comuns. A participação eleitoral pode funcionar, assim, como meio objetivo de alcançar essa realização. Mas outra questão se levanta. A consciência política sobre o funcionamento do sistema pode funcionar como catalisador de um processo de alteração da forma de encarar os valores políticos e, por essa razão, construir percepções sobre a realidade, adaptados aos seus modos e estilos de vida, criando “universos de representação adequados” (Fernandes, 2000:203). Isto pode levar o cidadão a identificar a sua participação como desnecessária ou sem valor, no sentido que não trará alterações à sua situação de vida e, por esse motivo, abster-se de participar.

Neste contexto, referencia-se que os processos de representação que condicionam os comportamentos relacionados com a política – sejam eles de participação eleitoral, ou outro tipo de manifestações e interesse por questões relacionadas com o sistema político, partidos políticos e/ou governantes – dependem de inúmeros fatores que promovem maior aproximação ou distanciamento destas matérias. Os processos de circulação de informação que facilitam o acesso e divulgação das informações sobre política, tanto através dos meios de comunicação social, como das redes sociais, embora numa realidade em constante mudança, têm uma grande influência na decisão dos indivíduos. No geral, o acesso à informação encontra nas sociedades uma maior reflexividade social e, por consequência, maior e melhor utilização das informações disponíveis (Almeida, 1994).

As características sociais dos indivíduos, como a idade, a classe social e os recursos culturais, são processos que podem influenciar as representações do voto, acionando as disposições que, nas interações sociais que estabelecem ao longo da vida, promovem entendimentos sobre o fazer parte e tomar parte da sociedade (Almeida, 1996). Estas percepções podem funcionar como mecanismos que os cidadãos utilizam para identificar as suas posições políticas, identificando-se com aqueles que se aproximam mais dos seus interesses pessoais (Belchior, 2015a).

As representações do voto, favorecem a participação eleitoral dos indivíduos tendo em conta a simbologia que cada sujeito lhe atribuí, na razão direta do custo/benefício, mas sem deixar de estar condicionada pelos contextos diferenciadores destes e o acesso à informação e interpretação da mesma.

1.3. PERCEÇÕES POLÍTICAS E DISPOSIÇÕES

Nas sociedades contemporâneas o indivíduo tem sido o foco central das mudanças, das quais resulta o crescimento da sua autonomia e liberdade, assumindo um papel preponderante nas mesmas. Este

processo de centralidade introduz o conceito de individualização que “significa primeiro, a descontextualização e, segundo a recontextualização dos modos de vida da sociedade industrial substituindo-os por outros novos, nos quais os indivíduos têm de produzir, encenar e montar eles próprios as suas biografias” (Beck, 2000:13). Estas reconfigurações nas formas de agir e pensar dos indivíduos, traduzem-se numa maior reflexividade¹ e liberdade nas decisões e construções de novas identidades. No entanto, e apesar de possuírem uma maior reflexividade no poder de decisão e nas escolhas, com mais racionalidade e opções, os indivíduos encontram caminhos de maior responsabilidade, mas também de maior incerteza, porque há medida que o indivíduo é mais livre, mais exigências existem sobre ele (Beck, 2000).

As várias fases da vida de um indivíduo estão assim condicionadas pelos processos sociais que nela se vão desenvolvendo. O *habitus*² de Bourdieu, é um conceito conciliador. É “definido como uma matriz de disposições socialmente estruturada e estruturante das práticas e representações sociais muito diversas” (Casanova, 2016a:1). Porém, Lahire (2004a) refere que os sistemas não podem ser explicados apenas pela soma dos seus componentes, porque os sujeitos tendem a acionar as suas disposições de acordo com os seus contextos, e dada a pluralidade existente nas disposições é indispensável o exercício de reflexividade. “Este autor não parece, assim, considerar que disposições e reflexividade sejam noções exclusivas e acentua o carácter socialmente determinado da reflexividade” (Casanova, 2016b:317). Mediante este exercício os sujeitos elaboram projetos e definem estratégias com base na realidade social em que se inserem e nos recursos acessíveis (Caetano, 2011).

As sociedades contemporâneas são reflexivas, sociedades em que os indivíduos procuram a razão quando decidem sobre a sua vida, porque são cada vez mais obrigados a fazer escolhas, a optar entre as diferentes alternativas que lhes são apresentadas, isto é, predomina a múltipla escolha com carácter de decisão (Giddens, 1995). Porém, o “conhecimento tácito” que os indivíduos têm do mundo permite-lhes agir sem ativarem a reflexividade ou a racionalidade para o fazer (Caetano, 2011). Analisar estas dinâmicas torna-se essencial para a compreensão dos fenómenos sociais que constituem as sociedades, através das relações sociais entre os indivíduos e as estruturas, bem como o estudo dos seus modos de vida.

¹ “Capacidade das pessoas, dos grupos e das sociedades refletirem sobre si mesmos e sobre os outros.” (Almeida, 1994:229).

² “Este conceito é complexo e ocupa um lugar central na teoria sociológica e na obra de Pierre Bourdieu. (...) remonta à tradição filosófica de São Tomás que desenvolve o conceito aristotélico de *hexis*. (...) Durkheim utiliza o conceito para designar formas de estar homogêneas e estáveis no seio de sociedades fechadas, como acontece em certas sociedades tradicionais, ou no seio de certas comunidades fechadas sobre si mesmas, como nos mosteiros, unificando assim os dois tipos ideais de *habitus* (...) Pierre Bourdieu desenvolve este conceito e define-o como “um sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita, que funciona como sistema de esquemas cognitivos e corporais. (...) como o social é interiorizado e exteriorizado. (...) os principais *habitus* designam os *habitus* de classe, os *habitus* familiares e os *habitus* de campo (...) dependem das posições em termos de classes sociais e das posições nos diferentes campos sociais.” (Étienne et al, 2008:42-43).

Tendo isto presente, a socialização política reflete o percurso do indivíduo em contacto com o sistema político, no qual se vai integrando através do envolvimento e utilização de instrumentos disponíveis, para desenvolver as suas capacidades de cidadania e construir as suas perceções sobre a política e o sistema (Santo, 2019).

Apesar das construções de identidades e dos diferentes papéis que os indivíduos vão interpretando ao longo da vida, elas estão sempre caracterizadas por regras, normas e valores que condicionam os comportamentos dos indivíduos e as suas ações. Os indivíduos são livres como agentes que podem agir ou não, mentalmente preparados para assumir a responsabilidade das consequências das suas ações ou, como refere Pena Pires (2012), são livres para agir mesmo que façam o que não é esperado pelo outro. Neste sentido a relação de ‘livre-arbítrio’ e a ‘imprevisibilidade’ devem ser analisadas como propriedades que possibilitam as ações concretas dos indivíduos, o que pressupõe que estes podem escolher, mas que apesar de existir a probabilidade de imprevisibilidade nas suas ações, estas não são necessariamente imprevisíveis (Pena Pires, 2012). Por outro lado, é importante considerar que “a acção é composta por elementos racionais, utilitaristas, interpretativos e estratégicos, mas também práticos, rituais e pragmáticos.” (Caetano, 2011:160).

O indivíduo na sua socialização esteve sempre dependente de estruturas como a família, a escola, o trabalho que o socializaram e lhe permitiram construir as suas disposições mentais através das práticas (Lahire, 2004b). No entanto, os media e as redes sociais têm tido um papel importante na socialização dos indivíduos alterando a sua forma de comunicação e acesso à informação, em particular se considerarmos que é através destes meios que os indivíduos têm contacto com o sistema político (Cardoso, 2014).

A socialização política dos indivíduos é importante para a explicação dos comportamentos eleitorais, dado que a relação destes com os ambientes e instituições políticas pode desempenhar um papel impulsionador na compreensão e interiorização dos mecanismos associados à política. André Freire (2000) defende que os recursos materiais e educacionais dos indivíduos, podem não ser condicionadores dos comportamentos eleitorais, se estes tiverem uma maior integração política, levando-os a uma maior participação. Revela que os contextos de socialização política, em particular, pela pressão social (família, comunicação social, etc.) no sentido da votação podem ser independentes dos recursos de acesso à informação, bem como dos recursos educacionais e profissionais (Freire, 2001).

O comportamento do eleitorado português apresenta excecionalidade e por essa razão a aplicabilidade de modelos requer reformulação no estudo de democracias mais recentes (Mainwaring, 1999 *apud* Jalali, 2009). Porém Lisi continua a considerar relevante as características sociais na análise do comportamento eleitoral (2019).

Os indivíduos têm tendência em se identificarem com o grupo profissional ao qual pertencem e, nessa medida, terem comportamentos semelhantes (Magalhães, 2000; Freire, 2000; Freire, 2001; Almeida et al., 2006; Carvalho, 2014; Casanova e Almeida, 2018). No entanto, as pessoas são confrontadas com um maior número de escolhas para a tomada de decisão, e procuram informação

especializada para o fazer, sendo os media muitas vezes o único meio utilizado para o acesso a essa informação (Loader et al., 2004 *apud* Cardoso, 2014)

1.4. DESIGUALDADES SOCIAIS, EXPOSIÇÃO AOS MEDIA E PRÁTICAS DE CIDADANIA

Nas últimas décadas a cidadania tem vindo a ser questionada, pelo desigual acesso aos cuidados de saúde, devido ao aumento de fraude e corrupção (Étienne et al., 2008) ou pelos processos de desigualdade, de integração social e diferenciação, dado que os direitos adquiridos não são usufruídos por todos de igual forma. Estes processos poderão ser suficientes para que os indivíduos enquanto cidadãos duvidem da integridade deste conceito. Esta dúvida poderá igualmente ter contribuído para o descrédito e para o afastamento dos indivíduos da participação ativa na sociedade (Magalhães, 2001; Cabral, 2000, 2003, 2018).

A cidadania política, enquanto manifestação da sociedade civil, pode ser expressa em duas dimensões: ativa, traduzindo-se na participação política; latente, que integra o envolvimento comunitário dos indivíduos e que se expressa pelo interesse e discussão de problemas comuns, sem forçosamente existir participação (Ekman e Amna, 2012 *apud* Carvalho, 2014). Por outro lado, Cabral (2003; 2018) identificou duas formas distintas do exercício do papel de cidadão: o associativismo clássico que se identifica pela pertença a organizações da sociedade civil (associações, sindicatos, ordens, etc.) e o cidadão que, como membro de um partido, tem a liberdade de agir perante uma convocatória do mesmo. Foi a este esforço que Cabral designou de automobilização, que significa o esforço de estar presente e fazer-se ouvir. Relativamente à participação em sindicatos, identifica-se um decréscimo da sindicalização dos indivíduos (Estanque et al., 2015).

Em diferentes estudos, é apresentada uma tendência crescente da diminuição do exercício de cidadania política, em particular na população portuguesa mais jovem (Cabral, 2003, 2018). No entanto, Cabral identificou que “a automobilização é mais geradora de associativismo do que é gerador de mobilização” (Cabral, 2018:873). A falta do exercício da cidadania política pode ter incorporada na sua génese, a falta de confiança nas instituições, a falta de mobilização, mas também a perceção que os indivíduos têm de que a sua opinião, participação ou iniciativas em nada contribuirão para a mudança (Cabral, 2000, 2003, 2018).

Algumas questões e discussões em torno dos motivos que levam a estes comportamentos, têm sido abordadas, num confronto direto entre as diferentes teorias que problematizam e conceptualizam o comportamento eleitoral (Freire, 2000, 2001; Magalhães, 2001; Freire e Magalhães 2002; Godoy, 2013).

As realidades em análise são espaços de diferenciação e desigualdade. Por essa razão a comunicação e a forma como esta é disponibilizada, tem consequências que se traduzem nas mudanças e transformações que assistimos na modernidade. As suas acessibilidades, dentro dos contextos sociais dos indivíduos, são de extrema importância para a construção da identidade e integração destes na sociedade. Porque a forma como procuram, interiorizam, compreendem e reproduzem a informação a

que têm acesso, não é entendida da mesma maneira por todos os indivíduos, nem está acessível a todos de igual modo. Assim, a comunicação social tem um papel muito relevante na difusão da informação e na forma como esta chega aos eleitores, numa relação direta com o aumento das perceções políticas (Belchior, 2015a). Apesar da informação ter um papel relevante na formação de opinião, não está provado que esta altere subitamente as convicções dos indivíduos (Antunes, 2008).

Por outro lado, a navegação na Internet e a utilização das diferentes redes sociais e plataformas permite aos utilizadores acesso a diferentes tipos de informação, facilitando de alguma forma a diversidade cultural, comunicação e contacto com o mundo exterior. Mas não deixa de criar hiato entre estes e os indivíduos que por diferentes razões contextuais não têm acesso a estas novas tecnologias, o que, por si só, é causador de assimetrias e condicionalismos (Portela, 2016). “As redes sociais em particular ajudam-nos a aumentar o conhecimento sobre essa diversidade. Porém, elas próprias são afetadas pelos contextos culturais, políticos e económicos em que se inserem.” (Portela, 2016:24).

Do mesmo modo, podemos encontrar dentro do grupo de indivíduos com acesso às redes digitais, desigualdades, dado que nem todos os indivíduos têm competências e conhecimentos que lhes possibilitem acesso diferenciado a estas redes, permitindo-lhes manipular os dados e usufruir das tecnologias de diferentes formas (Lupton, 2014). É evidente a relação entre o uso das novas tecnologias e as desigualdades sociais, dado que o acesso a estas redes dependem dos recursos culturais e económicos, da idade, do género, bem como a falta de recursos informacionais (Lapa et al, 2018), ou de literacia para tirar melhor partido da informação (Cardoso, 2014).

O grau de dificuldade que os indivíduos têm em tomar posições sobre política poderá evidenciar falta de literacia para decifrar e simplificar as mensagens políticas. Neste sentido a iliteracia política pode ser reveladora das fragilidades face à compreensão dos programas eleitorais apresentados pelas candidaturas e ter um papel relevante nas escolhas reflexivas dos indivíduos sobre o posicionamento político e como agir.

A escolaridade é uma dimensão essencial na análise da distribuição da literacia, considerando a importância da formação escolar no que diz respeito à aquisição das competências de escrita e leitura. Mas são as descoincidências entre o grau de escolaridade e os níveis de literacia, uma vez que os indivíduos com o mesmo grau de escolaridade não têm, obrigatoriamente, o mesmo nível de literacia, que são relevantes para a análise desta. Isto é, não existe uma correspondência linear entre a literacia e a escolaridade dos indivíduos (Ávila, 2007; 2008), o que pode explicar comportamentos eleitorais diferenciados dentro dos mesmos grupos. A mensagem política pode chegar a todos, mas é interiorizada de diferentes formas, o que leva a que perante a necessidade de utilização dessa informação para agir, os indivíduos se confrontem com diferentes graus de dificuldade na sua compreensão.

A falta de conhecimento ou a deficiência na interpretação das mensagens, aliada a uma inerente insatisfação, podem ser, também, geradoras de desconfiança, relativamente às instituições políticas e aos líderes. Baixos níveis de confiança podem indicar uma reduzida integração social. Por outro lado, a falta de interesse pelos assuntos políticos, promove também um distanciamento e anomia relativamente

ao desempenho do seu papel enquanto cidadão, demitindo-se dos seus direitos e deveres, enquanto tal (Belchior, 2015b).

2. CAPÍTULO | ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

2.1. OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO

O presente trabalho de investigação tem por objetivo abordar a questão do comportamento eleitoral na perspetiva sociológica, tendo em conta as representações que os indivíduos têm do voto que, por sua vez, se reflete na sua participação eleitoral. Isto é, através da operacionalização e sistematização dos conceitos encontrar forma de explicar o que leva os indivíduos a votar quando chamados a participar no ato eleitoral. Procura-se analisar as características sociais e a influência das representações do voto e o que os leva a agir, isto porque os indivíduos percecionam e transformam a realidade consoante as suas origens sociais e as suas socializações e agem tendo em conta os benefícios que advém dessa ação. A comunicação social e as redes sociais, também podem ser influenciadoras dessas representações, tendo em conta o papel socializador que desempenham.

Assim, pretende-se identificar quais os aspetos mais relevantes a ter em conta para a análise da representação do voto e dos comportamentos eleitorais e que relações existem entre estes e as diferentes dimensões operacionalizadas, para o entendimento das disposições utilizadas pelos indivíduos quando chamados a agir.

2.2. PROBLEMÁTICA

Na perspetiva da sociologia todos os fenómenos relacionados com a vida dos indivíduos emergem de construções sociais produzidas, reproduzidas e transformadas pelas suas ações no quotidiano.

Para os indivíduos os aspetos políticos poderão ter diferentes leituras, consoante a sua sensibilidade para estas matérias em função da sua socialização política, das pressões sociais, do acesso à informação ou das suas características sociais. Isto quer dizer que é necessária uma leitura transversal dos diferentes domínios da sociedade para ter acesso a uma visão integrada da realidade.

A política pode ser considerada, por muitos, como algo que nada tem a ver com as próprias vidas, porque são questões que devem ser remetidas apenas para quem de direito: os políticos. No entanto, todos os indivíduos queiram ou não, são afetados pelos acontecimentos da esfera política. A participação na sociedade, em função dos direitos e deveres que os cidadãos adquiram nas sociedades democráticas, tem subjacente a assunção de que todos a devem assumir para o bom funcionamento do sistema democrático. A não consciência por todos do exposto anteriormente, traduz-se em desconhecimento e afastamento do sistema político, das instituições e de decisões coletivas que contribuem para o desenvolvimento do país em geral e, dos direitos e deveres dos indivíduos, em particular.

Identificar as razões dos comportamentos eleitorais através da representação do voto e da valorização que os indivíduos atribuem ao voto, através do acionamento das disposições e a necessária reflexividade, pode ser pertinente e contribuir para uma melhor compreensão e explicação sociológica do espaço social político e dos padrões dos comportamentos eleitorais.

2.3. PERGUNTA DE PARTIDA

De acordo com o contexto teórico atrás apresentado, os indivíduos assumem diferentes posições face à realidade social. Através das perceções sobre os valores e a sociedade em que vivem, bem como as atitudes e práticas que desenvolvem, cada um age de acordo com os esquemas mentais que representam a realidade e os leva a tomar determinada posição. Isto quer dizer que perante a mesma situação, os indivíduos agem de maneiras diferentes, porque têm perceções diferentes sobre a mesma questão.

Assumindo que a ação tem sempre subjacente uma razão, a pergunta de partida orientadora deste trabalho de dissertação é a seguinte: quando convocados para participar nas eleições através do voto, quais as razões por que os indivíduos o fazem?

Em outubro de 2019, decorreram em Portugal as eleições legislativas. Constatou-se que a abstenção ultrapassou os 50% (CNE, 2019), sendo esta percentagem generalizada em todo o território nacional. O que levou os indivíduos a não participar num ato de cidadania que lhes permite contribuir diretamente na governação do país, permanece na obscuridade, apesar de diferentes estudos que apontam as características sociais como fator de diferenciação, ou outros em que a tónica assenta no interesse pela política e a confiança nos governantes. São muitos os fatores subjacentes aos contextos que não podem ser linearmente estabelecidos de igual forma para todos os indivíduos.

Para tentar responder à pergunta de partida, avançou-se com esta investigação, procurando – através da análise e interpretação das diferentes perceções, disposições e representações sociais relativamente ao voto, tendo em conta os comportamentos eleitorais e a participação associativa – indicadores capazes de elucidar este facto e responder à questão, sem perder de vista que este estudo é exploratório, dado que a sua amostra não é representativa da população portuguesa e, como tal, não se pode extrapolar conclusões da mesma.

Perante esta abordagem, centramos o nosso estudo nos seguintes objetivos específicos:

- Identificar as perceções e representações sociais do voto dos indivíduos, através dos seus discursos;
- Identificar as práticas de cidadania através da participação associativa dos indivíduos;
- Identificar valores e atitudes que justificam os comportamentos eleitorais dos indivíduos;
- Conhecer as características sociais dos indivíduos e a sua relevância para a compreensão dos comportamentos eleitorais, em geral e a representação do voto, em particular.

3. CAPÍTULO | METODOLOGIA

3.1. O MODELO DE ANÁLISE

O modelo de análise visa estabelecer as relações entre o indivíduo e o espaço social onde este se insere. Este representa as relações entre as características sociais dos indivíduos, o acionamento das disposições nas representações sociais do voto e as práticas de cidadania que influenciam o voto³. A operacionalização dos conceitos e dimensões⁴ ajuda a uma melhor compreensão do modelo de análise elaborado para o presente estudo.

A representação do voto será operacionalizada através da análise dos discursos dos indivíduos à pergunta aberta (P3) do inquérito aplicado, procurando nos discursos a identificação de padrões e a forma como os indivíduos percebem o voto. Assim, a primeira hipótese geral visa perceber a relação da representação do voto na participação eleitoral – *H1*: as representações sociais do voto dependem das disposições e reflexividade na avaliação da realidade objetiva e subjetiva do voto, e variam em função das características sociais de quem as interpreta. É a partir destas características que se consegue compreender o voto de um jovem ou idoso, isto é, através do local onde vive e como vive (Figueiredo, 1991 *apud* Freire, 2001).

São vários os fatores que justificam a participação eleitoral, segundo o modelo sociológico. O acesso à informação, a pressão social no voto, a facilidade em lidar com as questões políticas, que estão dependentes da escolaridade e ainda o seu setor de atividade, são alguns dos motivos apresentados (Lipset, 1959 *apud* Freire, 2001). Por essa razão queremos testar as seguintes hipóteses específicas: *H1a*: existem diferenças na representação do voto entre a idade e o sexo dos indivíduos; *H1b*: existe relação entre a exposição à informação e o interesse na política; *H1c*: existem diferenças na representação do voto entre os indivíduos que se posicionam politicamente e os que não se posicionam, face ao interesse na política e à participação eleitoral; *H1d*: a pressão social da família apresenta diferenças significativas na participação eleitoral; *H1e*: os indivíduos diferenciam a sua representação do voto em função da pertença a um grupo.

As práticas de cidadania, conceito tratado no quadro teórico deste trabalho, têm como segunda hipótese geral: *H2*: as práticas de cidadania influenciam e são influenciadas pelas representações sociais do voto que por sua vez influenciam a participação eleitoral. De acordo com Cabral (2000) a abstenção está correlacionada com a recusa por parte dos indivíduos de se posicionarem ideologicamente. Por outro lado, afirma que existe uma baixa participação associada na procura de bens cívicos e políticos. Nesse sentido pretende-se verificar as seguintes hipóteses específicas; *H2a*: a participação associativa é influenciada pelo interesse na política e exposição à informação política e influencia a participação eleitoral; *H2b*: indivíduos com mais satisfação e confiança nas instituições tendem a votar mais.

³ Modelo de análise figura 3-1, anexo A pág. 45.

⁴ Quadro 3-1, operacionalização dos conceitos, anexo A pág. 45.

Foi categorizado o indicador socioprofissional, através da transformação das variáveis: situação na profissão e profissão, tendo por base a operacionalização do conceito de classe social utilizado na matriz ACM, porque como referem os autores, “a tipologia ACM, sendo mais compacta, o que é vantajoso na análise estatística, dá conta, de maneira mais abrangente, das principais clivagens e articulações estruturais entre dimensões de análise de classes” (Machado, et al., 2003).

Ao estimar a confiabilidade das questões aplicadas no inquérito por questionário, através da sua consistência interna, verifica-se que os indicadores usados apresentam um *Alpha de Cronbach* entre 0,678 e 0,894⁵.

3.2. O DESENHO DA PESQUISA

Existem sociólogos que defendem que a sociedade não é social da mesma forma que o era (Osborne e Rose, 1997 *apud* por Fitzgerald, 2019) e que, por esse facto, os procedimentos metodológicos básicos usados por grande parte dos cientistas não são suficientes para compreender e responder a um espaço de fluidez, transações e mobilidades nas quais a vida social contemporânea se desenvolve (Burrows e Savage 2014 *apud* por Fitzgerald, 2019). O mesmo acontece nos espaços informacionais, como é o caso da internet.

Por essa razão, nesta investigação optou-se pelo método extensivo através da aplicação de um inquérito por questionário⁶, divulgado através das redes sociais. A sua aplicação não exige relação de comunicação oral entre o inquiridor e o inquirido, o que pode apresentar alguns benefícios relativamente à postura do entrevistado, visto não se sentir condicionado pela presença do entrevistador e, por esse motivo, não sentir a pressão em responder ao que julga que o outro quer ouvir (Quivy e Campenhoudt, 2003). Pode também corrigir as respostas que entender.

Por outro lado, pode apresentar limitações no sentido em que lhe é permitido responder de forma não pensada às questões apresentadas e, por esta via, condicionar a veracidade das mesmas. Outra limitação poderá ser equacionada na aplicação de um questionário com todas as questões completamente fechadas porque, segundo Bourdieu et al. “pressupor que uma pergunta tem o mesmo sentido para sujeitos sociais separados pelas diferenças de cultura, associadas à origem de classe, é ignorar que as diferentes linguagens não diferem apenas pela amplitude de seu léxico ou grau de abstração, mas também pelas temáticas e problemáticas que veiculam.” (2002:57). Neste sentido, o inquérito por questionário que serviu de recolha dos dados empíricos para elaboração desta investigação inclui, para além das perguntas fechadas, duas perguntas abertas que permitem aos indivíduos descreverem os seus sentimentos e perceções sobre o que lhes é questionado, sem o condicionamento de respostas objetivas e pré-estabelecidas pelo investigador, o que permite uma análise dos discursos dos respondentes. No presente questionário foram utilizados indicadores que permitem medir empiricamente as dimensões

⁵ Quadro 3-2, consistência interna das questões do inquérito, anexo A pág. 45.

⁶ Inquérito por questionário “razões para votar ou não votar nas eleições”, aplicado nas redes sociais entre janeiro e março de 2020, anexo C pág. 57.

propostas na operacionalização do modelo, tendo sido utilizadas algumas questões sugestionadas por outras, já trabalhadas por diferentes autores. É o caso da questão P1_b) e P1_g) inspirada no trabalho de Antunes (2008); questão P5, P8, P9, P17 inspiradas no Social Survey (ESS, 2016) e a questão P15 inspirada em Andolina et al. (2003).

Antes da aplicação do inquérito por questionário, foram escolhidos 5 indivíduos, o mais heterogêneos possível, para aplicação do inquérito experimental. Com esta ação garantimos que o inquérito se encontra bem formulado e que a sua aplicabilidade seria bem-sucedida. A sua elaboração teve por base a plataforma *Qualtrics*. Os dados recolhidos foram inseridos numa base de dados do SPSS, que serviu para a elaboração de todos os elementos (quadros e gráficos, identificados como: Base de dados SPSS, elaboração própria) utilizados e disponibilizados neste trabalho.

3.3. IDENTIFICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DA AMOSTRA

O objetivo desta investigação prende-se com o estudo da representação que os indivíduos têm do voto, tendo por foco os indivíduos com acesso às redes sociais. Inicialmente, ponderou-se uma análise centrada no Concelho de Sintra. Após a solicitação para a divulgação do inquérito a todas as freguesias constatou-se que a adesão não foi expressiva. Na presença deste dado alterou-se a abordagem ao inquérito. Neste sentido, foi elaborado um ofício e enviado por email a todas as Uniões de Freguesia e Juntas de Freguesia de Portugal Continental, num total de 2882, a solicitar a colaboração para a divulgação do link do inquérito por questionário na página do Facebook e/ou site da autarquia. Das freguesias contactadas apenas 2% aceitaram a solicitação e publicaram o respetivo questionário, tendo sido também publicado no Portal Nacional dos Municípios e Freguesias.

Assim, o nosso universo são todos os indivíduos maiores de 18 anos, residentes em Portugal com acesso à internet e redes sociais, que acederam ao inquérito quando foi publicado.

Utilizando o método não probabilístico, apresenta-se uma amostra por conveniência, na qual foram feitos esforços no sentido de uma maior diversidade dos indivíduos, como se observa pela distribuição da aplicação dos inquéritos, garantida pela publicação das freguesias, que se disponibilizaram a colaborar e que correspondem aos distritos de: Aveiro, Beja, Faro, Coimbra, Lisboa, Porto, Santarém, Setúbal e Viana do Castelo. O inquérito foi também partilhado por todos os que entenderam fazê-lo. Apesar desta amostra não ser representativa da população portuguesa, podemos analisar a associação entre as variáveis e as relações possíveis para compreender os comportamentos dos respondentes que fazem parte da mesma.

Dos 1361 indivíduos que tencionaram responder ao inquérito, 161 não o chegaram a preencher, porque não deram consentimento para a utilização das suas respostas⁷. No universo dos que tencionaram responder ao inquérito, 150 indivíduos não concluíram a totalidade das perguntas, em particular as de caracterização social, pelo que dada a relevância destas questões para o estudo, não foram considerados.

⁷ Quadro 3-3, consentimento dado pelos indivíduos que acederam responder ao inquérito, anexo B pág. 46.

Na presença de uma amostra não aleatória, ela não permite a indicação do erro probabilístico. No entanto, comparando com uma amostra probabilística de 1050 indivíduos, para um nível de confiança de 95% a mesma teria um erro máximo de 3%, e uma amplitude de 6.

3.4. NOTAS EPISTEMOLÓGICAS E NOÇÕES DE ÉTICA

Os conhecimentos constroem-se à medida que se avança nos estudos, na aplicação das metodologias e seguindo os manuais, procurando deste modo, não só satisfazer a curiosidade enquanto investigadores, utilizando a imaginação sociológica, com o objetivo de conhecer a realidade a que nos consentimos estudar, como, sem ambições irrealistas, conseguir identificar algo que possa contribuir para o conhecimento dessa realidade no campo das ciências sociais.

No entanto, a investigação não resulta de uma soma de técnicas e metodologias, sendo necessária alguma vigilância epistemológica e crítica conceptual na construção do objeto científico. Esse objeto não é mais do que um conjunto de interrogações sobre problemas a que o investigador procura responder, com recurso a instrumentos que a própria ciência vai construindo. “Trata-se de conceitos e relações entre conceitos constitutivos da teoria, dos caminhos críticos da pesquisa a que chamamos método e, ainda, das técnicas de recolha e tratamento da informação que alimentam todo o processo de produção de conhecimento.” (Almeida, 2007:13).

O investigador que procura através de diferentes metodologias e processos analisar a realidade que observa, não pode condicionar essa observação com base em crenças e ideias pré-concebidas, porque os comportamentos são dependentes de propriedades externas e, uma vez que o sociólogo também é afectado por essas propriedades, pode de certo modo influenciar a sua conduta. Estas influências podem colocar em causa as investigações e os seus resultados, dado que a abstração da realidade pré-concebida e das pré-noções podem guiar o seu olhar em determinado sentido. Por essa razão ele deve ser capaz de ter uma crítica desconstrutiva, remetendo o seu conhecimento adquirido ao questionamento constante sobre o mesmo, isto é, ser capaz de pôr em causa todas as suas ideias e conhecimentos anteriores sobre o objeto que pretende estudar, porque os factos não falam por si. Para Bourdieu (1989) é fundamental que o cientista assuma uma postura de constante vigilância crítica e autocrítica no método científico que utiliza na construção da sua investigação. Neste sentido o cientista é determinado por princípios e normas, por códigos de conduta e deontológicos que devem ser cumpridos e tidos em consideração, sempre que se inicia uma investigação. As questões deontológicas e éticas são fundamentais para o desenvolvimento de uma ciência responsável e respeitável.

4. CAPÍTULO | ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

A amostra que serviu de análise para este trabalho é constituída por 1050 indivíduos dos quais 51% são do sexo feminino⁸. A idade dos indivíduos varia entre os 18 e 88 anos. Para o sexo feminino (n=535) a idade varia entre 18 e 78 (M = 40,44, DP = 13,17) e para o sexo masculino (n=515), entre 18 e 88 anos (M =47,67, DP = 14,28). O valor da mediana é de 47 anos para o sexo masculino e 41 para o feminino⁹. A amostra masculina revela-se mais envelhecida (quadro 4-1).

Quadro 4-1 – Distribuição da amostra por sexo e escalão etário (n = 1050)

Fonte: Base de dados SPSS elaboração própria

		Sexo			
		M		F	
		N	%	N	%
Escalão etário	18 a 34	93	18.1	192	35.9
	35 a 44	130	25.2	136	25.4
	45 a 54	119	23.1	128	23.9
	55 a 64	108	21.0	59	11.0
	>= a 65	65	12.6	20	3.7
Total		515	100.0	535	100.0

No domínio escolar os respondentes estão distribuídos, em maioria, pelo ensino secundário e superior, sendo os primeiros do sexo masculino e os segundos do sexo feminino (quadro 4-2). De salientar que existe uma forte sobrerrepresentação dos indivíduos com o ensino superior, este fator pode estar relacionado com a aplicação do inquérito nas redes sociais, estando em linha com os estudos que identificam que os indivíduos que têm acesso à internet são, na maioria, mais escolarizados e detêm mais recursos tecnológicos (Cardoso, 2006).

Quadro 4-2 – Distribuição da amostra por sexo e grau de escolaridade completo (n= 1050)

Fonte: Base de dados SPSS elaboração própria

		Sexo			
		M		F	
		N	%	N	%
Grau de Escolaridade Completo	Ensino Básico	63	12.2	32	6.0
	Ensino Secundário	194	37.7	180	33.6
	Ensino Superior	258	50.1	323	60.4
	Total	515	100.0	535	100.0

Face ao emprego, a maioria (62,6%) são empregados por conta de outrem. Dos empregados por conta própria 64,2% são independentes, 23,9% têm 9 ou menos empregados e 11,9% têm 10 ou mais empregados. Relativamente à sua simpatia política a maioria dos trabalhadores independentes situam-se à esquerda (17,9%), os patrões com 9 ou menos empregados à esquerda (8,4%) e com 10 ou mais trabalhadores ao centro (6,3%). Quanto ao setor de atividade 51% trabalha no setor privado. A maioria dos respondentes (77,7%) não estão filiados num sindicato e 71,4% reside em meio urbano¹⁰.

⁸ Quadro 4-8, caracterização dos respondentes, anexo B pág. 46.

⁹ Quadro 4-9, média dos indivíduos por sexo e idade, anexo B pág. 46.

¹⁰ Recodificação da variável P17 na nova variável P17_Hab. De acordo com o INE as classificações para o espaço urbano/semiurbano/rural têm em conta a densidade populacional. Neste caso optou-se por classificar o habitat

4.2. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E A PARTICIPAÇÃO ELEITORAL

4.2.1. OS DISCURSOS SOBRE RAZÕES E REGULARIDADE DE VOTO

Na análise dos discursos, um dos fatores relevantes para identificar as características comuns entre os respondentes, identifica-se nas percepções e representações face ao voto. As representações sociais diferenciam-se de acordo com as características sociais dos indivíduos, razão pela qual é pertinente a afirmação de Fernandes quando refere que “as representações são construídas para que se possa viver no meio social em que se está inserido.” (2000:208).

Dos padrões que se identificam nas percepções dos indivíduos sobre as razões¹¹ que justificam o ato de votar ou não votar nas diferentes eleições, estes diferenciam-se em razão da idade e do sexo¹². Na sua maioria, são as mulheres mais jovens (18 aos 44) que consideram o voto como direito/dever e são os homens mais velhos (superior a 45 anos) que têm esse entendimento. Entre os 18 e os 34 anos, são as mulheres que afirmam que a sua opinião conta e o voto é um motor de mudança e, por essa razão, votam. Por outro lado, os homens dos 35 aos 44 anos, encaram o voto como motor de mudança e uma conquista democrática. Enquanto os homens dos 55 aos 64 anos entendem que a sua opinião conta na hora de votar, apresentando um maior sentido de competência social e política (Freire, 2001). O voto foi representado pela maioria dos que responderam à questão (n=802) como: direito/dever (58,3%); motor de mudança (11,7%); conquista democrática (6,3%). Confirma-se, assim, a nossa hipótese (*H1a*).

Identifica-se que os indivíduos, apesar de agrupados por classes¹³ quanto às percepções sobre as razões para votar, a maioria, independentemente do seu o indicador socioprofissional¹⁴, entendem o voto como um direito/dever e tendem a votar sempre em todas as eleições.

A maioria dos respondentes concorda que deveria existir o voto eletrónico (média de 3,26), bem como ser obrigatório (média 2,99), apesar de no presente inquérito não se diferenciar o voto eletrónico presencial e não presencial. Relativamente ao ato de votar a maioria considera este como um ato de cidadania (média de 3,67), e que não serve para penalizar o governo (média 2,32), sendo a única forma de escolher como o país deve ser governado (média de 3). Relativamente às percepções sobre a política, a maioria discorda que a política seja matéria que diga respeito apenas aos políticos (1,59), mas não considera que tudo o que faz no dia a dia seja política (média 2,32). Em função da classe os respondentes tiveram a mesma percepção relativamente ao voto e ato de votar.

nas categorias urbano e rural (através da agregação em urbano=grande cidade, pequena cidade e vila; rural=aldeia, zona balnear, zona rural), a dimensão populacional das vilas enviesavam a natureza da residência dos indivíduos da amostra, dado que no país existem zonas com elevada densidade populacional muito acima dos 5000 habitantes e que administrativamente são consideradas Vilas (e.g. Águas Santas, Algueirão-Mem Martins, Cascais, Corroios, Rio de Mouro, Sintra, entre outras).

¹¹ Variável P3, recodificada na nova variável P3_Raz.

¹² Dependência significativa entre esta representação e o sexo ($\chi^2_{(6)}=14,882; p=0,021$), associação fraca positiva ($VCramer_{(1050)}=0,119$).

¹³ Figura 4-8, Distribuição das razões para votar em função do indicador socioprofissional (%), anexo B pág. 47.

¹⁴ Codificação da nova variável P27_classe da junção das variáveis P21 e P25.

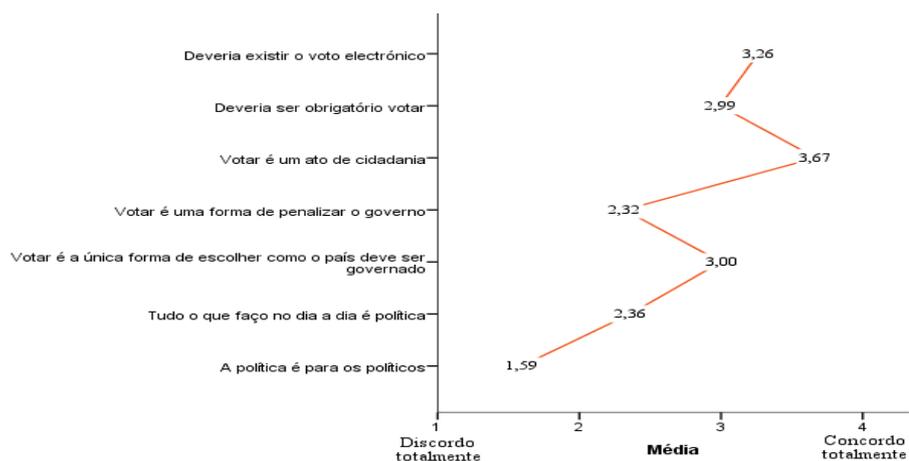


Figura 4-1– Média das respostas à percepção sobre o voto e política
Fonte: Base de dados SPSS, cálculos próprios

São elevadas as percentagens dos que afirmam votar “sempre” nas eleições Legislativas (88,3%), nas Europeias (77,8%), nas Presidenciais (87,1%) e nas Autárquicas (87,7%). A menor participação é nas eleições Europeias, em linha com os dados apresentados em estudos anteriores, que revelam que são eleições com menor importância para os cidadãos (Freire, 2000). Todavia, 3% afirma nunca ter votado nas Legislativas, 7,6% nas Europeias, 3,1% nas Presidenciais e 4,2% nas Autárquicas. Não surpreendem as percentagens de participação eleitoral identificadas nesta amostra. Apesar deste inquérito ter sido divulgado pelas redes sociais, não sendo presencial, pode revelar o fenómeno idêntico ao descrito por Freire e Magalhães (2002), de que a não participação eleitoral tem um carácter reprovador perante a sociedade e, por essa razão, os indivíduos podem ter alguma dificuldade em revelar a sua participação efetiva, dado que alguns respondentes optaram por não justificar a razão porque votaram ou não.

Existe uma participação eleitoral superior por parte dos homens relativamente às mulheres, sendo estas, em maioria, que respondem nunca votar nas eleições. Os dados apresentam ainda diferenças estatisticamente significativas¹⁵ em todas as eleições em função do sexo, apesar de alguns estudos admitirem não existir estas diferenças nos níveis de participação eleitoral entre homens e mulheres (Reto, 2000 *apud* Freire, 2001). Por outro lado, a idade apresenta dependência significativa¹⁶ apenas no que se refere ao votar nas eleições Autárquicas, não sendo significativa nas restantes eleições. São a maioria dos indivíduos com idades entre os 35 e 44 anos que afirmam votar sempre em todas as eleições, embora a maioria dos jovens (18 e 34 anos) afirmem que nunca votam nas Europeias. De acordo com Freire (2001), quando a idade aumenta, aumenta também a participação eleitoral. Porém na presente amostra não se chega a essa conclusão.

¹⁵ Quadro 4-10, frequência votar nas eleições em função do sexo, anexo B pág. 47. Legislativas ($VCramer=0,122$); Europeias ($VCramer=0,103$); Presidenciais ($VCramer=0,058$); Autárquicas ($VCramer=0,130$).

¹⁶ Relação de dependência significativa ($\chi^2_{(8)}=24,107;p=0,002$).

Para testar o impacto do sexo, idade, escolaridade, habitat, satisfação com as instituições, interesse na política, exposição à informação, confiança nas instituições¹⁷ e dificuldade em tomar posições sobre política, na tendência de voto¹⁸, recorreu-se a uma regressão logística binária (quadro 4-3) para estimar as probabilidades possíveis.

Os resultados apresentados demonstram que apenas o interesse na política, a confiança nas instituições e a dificuldade em tomar posições sobre política têm um impacto significativo na tendência de voto. O interesse¹⁹ e a confiança²⁰ apresentam uma relação positiva com a decisão de votar. Mais interesse e mais confiança implica tendência para votar. A dificuldade em tomar posições sobre política²¹ tem uma relação negativa: quanto menos dificuldade mais tendem a votar. Verifica-se ainda que a escolaridade não tem influência na tendência de voto, excluindo-se a possibilidade de estar a ser influenciada pela idade, porque nesta amostra, a maioria dos indivíduos em todas as idades, têm o ensino superior. Freire (2001) referiu a existência de diversos estudos que constataram que o efeito da escolaridade na participação eleitoral era mínimo. No entanto, a escolaridade apesar de não apresentar dependência significativa²² com a exposição à informação política, nem com a dificuldade em tomar posições sobre política, tem dependência significativa²³ com o interesse na política. Isto é, quanto maior o grau de escolaridade maior o interesse, apesar da associação ser fraca.

Quadro 4-3 – Fatores determinantes da tendência para votar

Nota: Regressão Logística Binária: 1) Valores estatisticamente significativos, para um grau de confiança de 99%.

2) Variável dependente - Tendência de Voto (dummy): 0 = não voto; 1= voto. * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$

Fonte: Base de dados SPSS, cálculos próprios.

	Tendência de voto	
	B	Erro padrão
Idade	0,011	0,010
Sexo	-0,301	0,285
Escolaridade	-0,012	0,208
Habitat	0,374	0,314
Interesse na política	,971***	0,181
Confiança nas instituições	1,555***	0,258
Satisfação com a instituições	0,215	0,240
Exposição à informação política	0,047	0,126
Dificuldade em tomar posição sobre política	-0,427*	0,213
Constant	-3,241*	1,267
<i>Pseudo R</i> ² (Nagelkerke)	0,267	
	$\chi^2_{(9)} = 413,305$ ***	

Os meios de comunicação social são muitas vezes a fonte de acesso aos conteúdos políticos. Desta forma é relevante identificar o contacto dos indivíduos com estas matérias, tendo em conta a frequência com que o fazem. Assim, os presentes dados revelam que os indivíduos que veem conteúdos políticos,

¹⁷ Recodificação das variáveis P8_a) a P8_k) na nova variável P8_conf.

¹⁸ Variável dummy da P3_ten, anteriormente recodificada da variável P3, com duas categorias: não voto, voto.

¹⁹ ($Wald_{(1)} = 28,899; p < 0,001$). Esta estatística indica a importância de cada variável para explicar a tendência de voto. Quanto maior o valor absoluto apresentado pela estatística de *Wald*, maior a capacidade explicativa do indicador. Ver quadro 4-11 anexo B pág. 47.

²⁰ ($Wald_{(1)} = 36,335; p < 0,001$).

²¹ ($Wald_{(1)} = 4,011; p = 0,045$).

²² ($\chi^2_{(6)} = 9,670; p = 0,139$), ($\chi^2_{(4)} = 6,496; p = 0,165$).

²³ Dependência significativa ($\chi^2_{(6)} = 24,806; p < 0,001$), relação de associação fraca, mas positiva ($VCramer = 0,109$).

fazem-no: diariamente na televisão (53,3%), nas redes sociais (45,3%) e jornais/revistas online (36,8%). Veem algumas vezes em jornais/revistas em papel (43,4%) e ouvem rádio (40,2%)²⁴. Os homens afirmam ver diariamente estes conteúdos na televisão (59,2%), redes sociais (48,7%) e imprensa online (39,8%). Veem algumas vezes na imprensa em papel (40,8%) e na rádio (40,6%). As mulheres afirmam ver diariamente na televisão (47,7%) e redes sociais (42,1%). Veem algumas vezes na imprensa em papel (46%) e online (38,9%) e na rádio (39,8%). Existe ainda uma percentagem de indivíduos (10,6%), que afirma nunca ver notícias ou programas sobre política, demonstrando total alheamento destas matérias. Belchior acentuou o facto de Portugal ser um dos países onde o desinteresse pela política é bastante acentuado, comparativamente aos países europeus (2015b). No entanto, esta amostra revela bastante interesse por programas e notícias sobre política, se tivermos em conta que a maioria assiste aos mesmos diariamente, através da televisão e redes sociais. Embora Silva (2020) tenha constatado que uma percentagem baixa de portugueses utiliza a internet para ver conteúdos políticos. Nesta amostra, verifica-se, que uma grande parte dos indivíduos utilizam as redes sociais para o fazer. Alguns estudos identificaram que os portugueses veem notícias sobre política durante as campanhas eleitorais (Lobo et al., 2020). Identifica-se nesta amostra, que os indivíduos veem programas e notícias sobre política fora das campanhas eleitorais.

De facto, a importância da exposição à informação política²⁵ demonstra estar relacionada com o interesse nas temáticas políticas, identificando-se uma relação significativa²⁶, permitindo afirmar que quando aumenta o interesse na política tende a aumentar a exposição à informação sobre política e vice-versa, confirmando a nossa hipótese (*H1b*). São as mulheres²⁷, em maioria, que estão expostas com pouca regularidade, independentemente da escolaridade e da idade, indiciando um afastamento com diferenças significativas. Relativamente aos homens, nas idades compreendidas entre os 35 e os 54 anos e com o ensino superior, estes veem informação com regularidade.

Importa assim perceber a importância da relação destes indivíduos com os media e a gestão da informação a que se expõem, dado que, como descreve Cardoso (2014:400) “os media são a nossa conexão entre o vivido e o representado.” E têm uma função essencial no desempenho do exercício de cidadania pela combinação a que obrigam entre “o mediado e o face a face” (idem, ibidem). Por este facto a literacia toma um papel importante na medida em que serve de facilitador, na localização, avaliação, interpretação e utilização eficiente da informação (idem, ibidem).

No sentido de uma melhor caracterização dos abstencionistas desta amostra, apresenta-se um diagrama (figura 4-2), com os respetivos perfis dos respondentes que afirmam não votar nas eleições e

²⁴ Quadro 4-12, frequência de ver conteúdos políticos nos meios de comunicação social, anexo B pág. 48.

²⁵ Recodificação da variável P14, na nova variável P14_exp (nenhuma= nunca; algumas vezes e ao fim de semana= pouca regularidade; 3 e 5 vezes por semana=com regularidade; diariamente=muita regularidade).

²⁶ Existe uma relação de dependência significativa ($\chi^2_{(9)}=177,782;p<0,001$) e uma correlação fraca positiva ($r_{s(1050)}=0,355$) entre o interesse na política e a exposição à informação política, No entanto, a variância explicada é de apenas 13% ($r^2=0,126$). Quer dizer que 87% da relação é explicada por outros fatores.

²⁷ Relação de dependência significativa ($\chi^2_{(3)}=30,733;p<0,001$) e uma associação fraca positiva ($VCramer_{(1050)}=0,171$), entre a exposição à informação e o sexo.

quais as razões dessa opção. A maioria dos que não votam por razões pessoais (e.g. falta acessibilidade, disponibilidade de horário, ausência, saúde) ou que não as especificam, são mulheres, jovens, vivem em centros urbanos, têm o ensino superior, pertencem à classe dos EE, simpatizam com a esquerda, demonstram algum interesse na política, mas têm pouca confiança nas instituições. As diferenças que existem relativamente aos homens, verificam-se na idade – estes são mais velhos –, diferem na classe (PTE) e têm muito interesse na política.

A maioria dos que não votam, porque não têm interesse ou demonstram descrédito face aos políticos e políticas praticadas, também são mulheres, jovens, a residir em centros urbanos, têm o ensino superior, pertencem à classe dos EE, não se identificam com nenhuma simpatia política ou não respondem. Apesar de terem algum interesse na política, têm pouca confiança nas instituições. Os homens são mais velhos e não têm nenhuma confiança nas instituições políticas.

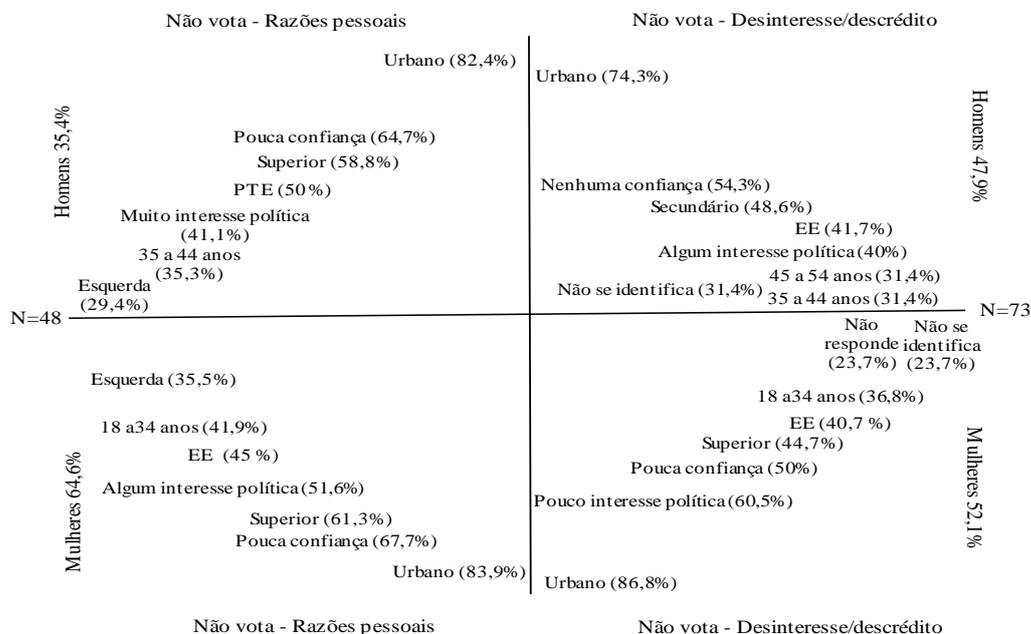


Figura 4-2– Perfil do abstencionista da presente amostra
Distribuição dos abstencionistas em função das razões apresentadas para não votar nas eleições (%)
Fonte: Base de dados SPSS, elaboração própria.

Como descreve Cabral (2000) os discursos e as práticas são, muitas vezes, contraditórios. Nesta amostra a percentagem de indivíduos que afirmam não votar é relativamente baixa. De acordo com a literatura, muitas vezes os entrevistados ou inquiridos quando respondem a questionários têm a perspetiva de responder ao que julgam ser moralmente mais correto (Magalhães, 2001). Na análise dos seus discursos, através da transcrição de algumas respostas, identifica-se que quem vota tem presente o sentido de dever, e considera que o voto é um direito conquistado pela democracia, apesar de identificar diferentes problemas associados ao distanciamento dos governantes, quanto às suas obrigações para com os cidadãos.

Quadro 4-4 – Transcrição de algumas das respostas sobre as razões para votar ou não votar

Fonte: Base de dados SPSS, elaboração própria.

Sexo	Idade	Escolaridade	Habitat	Razões apresentadas para votar ou não votar
F	34	3.º ciclo EB	Peq. cidade	“Portugal é um dos países mais corruptos a nível da união europeia...a razão de votar é que ainda tenho esperança, a razão de não votar é porque se pensar bem no assunto sei que ando a trabalhar para pagar ao Estado para que eles possam encher os bolsos.”
M	58	Licenciatura	Gr. cidade	“Não sendo a única forma de expressão da opinião e da vontade individual de cada um de nós, o voto é, no sistema democrático em que vivemos, um poderoso e importante instrumento para que a expressão dessa opinião e dessa vontade possa adquirir algum significado concreto. Por isso, ninguém deve desprezar a sua capacidade de voto, conquistada e adquirida pela Democracia Portuguesa com muito custo e muito sofrimento.”
F	29	Mestrado	Vila	“Considero que o voto é mais do que um direito, é um dever. Além de durante muitos anos, vários homens e mulheres tiveram de lutar para que hoje este seja um direito. É desrespeitar aqueles que viveram em ditadura e tomar por garantida a nossa liberdade. Seja de que forma for, é uma forma de expressar as nossas ideologias e permitir que essas sejam representadas pelos nossos governantes. O país não evolui se não votarmos, nem que seja em branco!”
M	40	Secundário	Vila	“Não voto, porque não acredito nos políticos em geral. Voto nas autárquicas, porque penso que desta forma vão melhorar a qualidade de vida na minha freguesia.”
F	31	Curso Tecnológico	Gr. Cidade	“Não voto. Horário de trabalho. É impossível estar dos dois lados ao mesmo tempo. Mas se houvesse uma aplicação no telemóvel ou como se faz para o orçamento participativo, julgo que seria mais fácil.”
M	78	1.º ciclo EB	Rural	“Voto porque é um dever Cívico, mas não concordo como funcionam os Órgãos de Soberania em particular a Assembleia da República.”
F	23	Mestrado	Peq. cidade	“Não me mantenho informada das datas das eleições. Os meus pais não me incutiram o sentido de dever votar, por norma vou só às eleições presidenciais que é quando eles vão.”
M	78	3.º ciclo EB	Balnear	“Nas eleições voto, não na cor política, mas na pessoa em quem confio mais...”
F	20	Secundário	Gr. cidade	“Sendo que tenho o direito ao voto e a oportunidade de dar a minha opinião, voto para dar um contributo para melhorar algumas coisas no nosso país.”
F	30	Mestrado	Peq. cidade	“Muitas vezes não vou votar por ter de me deslocar ao local.”
M	48	Licenciatura	Aldeia	“Voto sempre e naquele que me apresenta um programa o mais aproximado às ideias que defendo para uma Humanidade e Honestidades melhor entre o Ser Humano e sua relação entre si mesmo e meio que o envolve.”
F	38	Mestrado	Aldeia	“Por questões profissionais, nem sempre me foi possível a deslocação ao local de voto ou usufruir das alternativas.”

Os indivíduos encaram os seus representantes com descontentamento e distanciamento, face ao entendimento que têm sobre qual deveria ser o papel do governante, mais comprometido e defensor dos seus direitos (quadro 4-4). O voto enquanto mecanismo de democracia demonstrou ser a única forma que os indivíduos têm para escolher o governo, para se fazerem ouvir, ou para mudarem o ciclo eleitoral. Porém, através da oferta política, procuram identificar quem corresponde às perceções que têm sobre as posições que defendem. Os que não votam, descrevem sentimentos de impunidade ou não se sentem representados. A falta de interesse ou falta de mobilidade, é outro elemento apresentado como condicionador da ida às urnas. O voto é assim, um elemento fundamental para o funcionamento da democracia, representado enquanto tal. Esta posição não se sobrepõe à forma expressiva como os indivíduos valorizaram a sua opinião no momento do voto.

Por esta razão é relevante perceber as perceções sobre o que pensam os respondentes face à afirmação “o que uma pessoa como eu pensa não interessa aos políticos”²⁸ no sentido de quantificar a confiança interpessoal na relação com os políticos. Verifica-se uma tendência para as mulheres com o ensino secundário e mais jovens discordarem da afirmação, mas à medida que vão avançando na idade tendem a discordar menos²⁹. Os homens tendem a discordar, mas existem mais homens entre os 35 e 44

²⁸ Medido numa escala de 1 (discordo totalmente) a 4 (concordo totalmente)

²⁹ Figura 4-9, média do que uma pessoa como eu pensa não interessa aos políticos em função da escolaridade, idade e sexo, anexo B pág. 48

anos, com o ensino secundário e superior, que concordam que a sua opinião não interessa aos políticos. Uma percentagem muito baixa dos respondentes discorda totalmente da afirmação.

Para perceber se os indivíduos que responderam “o que uma pessoa como eu pensa não interessa aos políticos” procuram informação sobre política, verificou-se que quem concorda com a afirmação, não está exposto à informação política³⁰ (média 2,51) com a mesma frequência, dos que discordam e que estão expostos diariamente (média de 2,10)³¹. De facto, quem está mais exposto não concorda com a afirmação, sendo as diferenças significativas³². Consta-se que os mais expostos à informação política, consideram que a sua opinião conta. Quer isto dizer que existe tendência para os indivíduos participarem mais, se considerarem que o facto de serem ouvidos, pode ter relevância na mudança e por essa razão votam, no mesmo sentido das conclusões apresentadas por Freire e Magalhães (2002).

Procurou-se perceber as percepções dos indivíduos sobre o sistema político português e verificou-se que 71,3% responderam que deveria haver mudanças no sistema político, mas destes apenas 68% descreveram que tipo de mudanças³³ consideravam dever existir.

A falta de representatividade é uma das questões mais repetidas nos discursos, principalmente dos homens com o ensino superior, nos diferentes escalões etários. Menos regalias para os políticos é entendimento dos homens com o secundário entre os 35 e 54 anos e das mulheres dos 18 aos 44 anos, com o ensino superior. São as mulheres, em maioria, entre os 18 e 34 anos, com o ensino superior que consideram que deveria existir mais transparência no sistema político.

Por outro lado, a alteração ao sistema eleitoral, a melhoria dos serviços de saúde e educação, são outras mudanças consideradas essenciais. Identificam-se assim bastantes discursos desfavoráveis sobre os comportamentos dos políticos e do sistema, que evidenciam uma representação negativa sobre a forma com se faz política. Encontram-se diferenças significativas³⁴ entre as mudanças políticas em função do sexo e do escalão etário.

Na análise dos discursos, identificaram-se as seguintes palavras mais repetidas³⁵: menos deputados, saúde, justiça, povo, corrupção, representatividade.

Transcrevem-se algumas das respostas à questão sobre as percepções das mudanças que deveriam existir no sistema político (quadro 4-5).

³⁰ Variável P14, recodificada na nova em variável P14_Exp.

³¹ Figura 4-10, média do que uma pessoa como eu pensa não interessa aos políticos em função da exposição à informação política, anexo B pág. 48

³² *Oneway Anova* ($F_{(3;1046)}=7,661;p<0,001$).

³³ Variável P16_1, recodificada na nova variável P16_mud.

³⁴ Existe relação de dependência significativa ($\chi^2_{(4)}=53,605;p<0,001$) com o sexo, e uma associação moderada positiva ($VCramer=0,325$), com escalão etário ($\chi^2_{(16)}=30,291;p=0,017$) e uma associação fraca positiva ($VCramer=0,112$).

³⁵ Figura 4-11, Nuvem de palavras referente à sua repetição nas respostas à questão: P16_1, anexo B, pág. 49.

Quadro 4-5 – Perceção sobre o entendimento das mudanças necessárias no sistema político.

Transcrição de algumas respostas sobre as alterações ao sistema político.

Fonte: Base de dados SPSS, elaboração própria.

Sexo	Idade	Escolaridade	Habitat	Perceção das mudanças face ao sistema político
F	65	Doutoramento	Peq. cidade	“Há demasiados deputados e ministérios. Os políticos deveriam de ser avaliados pelo trabalho que prestam à comunidade e não serem meros servidores dos interesses dos seus partidos.”
M	41	Mestrado	Aldeia	“Não referindo partidos e/ou orientações políticas, penso que o Governo se deveria preocupar mais com questões de Segurança, Saúde, Educação, Justiça, entre outras. O que atualmente acontece, no meu ver não me satisfaz! Mas há 46 anos que parece que seja qual for o partido no Governo, as coisas não funcionam, daí o descrédito na Classe Política.”
F	25	Licenciatura	Vila	“Os responsáveis políticos deveriam ser punidos em algum grau quando não cumprem as promessas. Isso levava a que fossem feitas promessas de acordo com a realidade do país. Também a justiça/política deveria estar mais separada para evitar tantos casos de favorecimentos.”
M	53	Doutoramento	Aldeia	“Criação dos denominados círculos uninominais, de modo a que cada cidadão saiba exatamente qual ou quais os deputados parlamentares representam a sua área de residência.”
F	22	Licenciatura	Gr. Cidade	“Não sou uma pessoa bem informada, portanto a minha opinião é bastante abstrata. Acho que há falta de transparência no sistema político atual, onde existem inúmeros casos de corrupção (e alguns vão sendo desmantelados) que precisam de ser eliminados. Muitos cargos dados em diversas entidades que compõem o sistema político, nomeadamente governos, autarquias, unidade de saúde, etc., são muitas vezes encarregadas a pessoas que não estão verdadeiras aptas para os cargos que desempenham. Muitas vezes estas pessoas conseguem cargos importantes devido a cunhas e amiguismos, e isso para mim é mais uma forma de corrupção. Toda esta esfera de falta de transparência no sistema, e de falta de rigor na escolha de quem representa o estado português, contribui para uma falta de interesse e de confiança por parte dos cidadãos na política do país.”
M	62	Esp. Tecnológica	Gr. Cidade	“Permitir votar diretamente nos deputados que são eleitos.”
M	48	Secundário	Aldeia	“Diminuição número deputados, alteração sistema eleição - melhor representação do povo, deputados moradores nos círculos.”
F	51	Secundário	Vila	“Os políticos serem responsabilizados pelo que fazem e deixarem de ter benefícios depois de saírem da política, como pensão vitalícia, algo que condeno é surreal!”

Estas formas de agir dos indivíduos, perante o atual sistema político, demonstram um distanciamento, não só dos políticos eleitos, como também das diferentes instituições que constituem o estado democrático, indiciando um aumento da desconfiança sobre o poder político e de tudo o que lhe está associado.

4.3. DESIGUALDADES SOCIAIS NOS COMPORTAMENTOS ELEITORAIS

Procedeu-se à análise dos indicadores correspondentes, para tentar perceber de que forma as práticas associativas e mobilizadoras dos indivíduos, ou a sua pertença a grupos específicos (partidos, sindicatos), podem contribuir para a construção das representações do voto e influenciar os comportamentos eleitorais, ou como as representações do voto podem influenciar as práticas de cidadania, na expectativa de confirmar as hipóteses.

4.3.1. PERCEÇÕES FACE AO POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO E PRESSÃO SOCIAL

Admite-se que o voto é um mecanismo utilizado pelos indivíduos que, como referido anteriormente, é representado como um direito/dever, um ato de cidadania e um motor de mudança, independentemente se estes se identificam com o sistema partidário tal como existe. Neste sentido, procurou-se conhecer as perceções face à simpatia política.

Questionados sobre a percepção quanto ao seu posicionamento ideológico (esquerda/direita)³⁶ – optou-se por não se fazer referência a partidos políticos no questionário – verifica-se que a maioria se identifica com a esquerda (33,1%), 20,4% com o centro e 14,6% com a direita. Relativamente à extrema esquerda (1,3%) e à extrema direita (1,1%) os valores são residuais. No entanto, para além dos que não sabe e não responde (2,4% e 12,1% respetivamente), existem 15,1% que dizem que não simpatizam com nenhuma³⁷.

Relativamente à situação socioprofissional, os indivíduos estão representados em todas as diferentes simpatias políticas. Destaca-se que a maioria dos EDL (5,6%), dos PTE (18,1%) dos EE (12,4%) e dos O (1,6%) posicionam-se à esquerda. Os TI distribuem-se igualmente pela esquerda, centro e direita (0,6% respetivamente). Estes dados apontam em sentido contrário ao que está disponível em alguma literatura, que identifica que existe uma tendência por parte dos EDL e PTE em votar ao centro (Almeida et al., 2006).

Verifica-se assim, que os indivíduos que se posicionam à esquerda³⁸ são em maioria do sexo masculino, entre os 18 e 34 anos, com ensino superior, pertencem à classe dos PTE. Relativamente ao centro, em maioria, são do sexo masculino, entre os 45 e 54 anos, têm ensino superior, e pertencem à classe dos PTE. No que diz respeito à direita, a maioria também pertence ao sexo masculino, estão no escalão entre os 45 e 54 anos, têm o ensino superior e pertencem à classe dos PTE. Na análise por sexo³⁹ verifica-se que a maioria dos homens (17,1%) e mulheres (16%) posicionam-se à esquerda.

Dos respondentes que não sabem ou não respondem, a maioria, contrariamente aos restantes, são mulheres entre os 18 e 34 anos, têm ensino superior e pertencem aos EE. Igualmente os que não se identificam com nenhuma posição política, são em maioria, mulheres, têm o ensino secundário e superior, idades compreendidas entre 18 e 44 anos e pertencem aos EE. Quando chamados a votar⁴⁰, a maioria afirma votar sempre nas eleições independentemente da natureza destas, não podendo concluir-se que o facto de não se posicionar à esquerda ou direita, tenha influência na decisão de votar, não se confirmando a nossa hipótese (*H1c*).

Relativamente aos inativos⁴¹ verifica-se que dos 284 respondentes, a maioria está posicionada à esquerda (n=97) e estes são desempregados (13%), reformados (46%), estudantes (38%) e domésticos (2%). Os que se posicionam ao centro (n=70), são desempregados (13%), reformados (49%), estudantes (36%) e domésticos (6%). No entanto, 41 respondentes não sabem ou não respondem dos quais a maioria são desempregados ou estudantes e 34 indivíduos não se identificam com nenhuma posição política,

³⁶ Recodificação da variável P6, na nova variável P6_pos, posicionamento político. A escala utilizada (extrema esquerda a extrema direita) de 5 pontos, diferencia-se das usualmente apresentadas por outros estudos, que o fazem numa escala de 11 pontos. Existe relação de dependência entre o posicionamento político, e a tendência de voto (dummy), que nos mostra uma relação de dependência significativa ($\chi^2_{(5)}=56,104;p<0,001$) e uma associação fraca positiva (VCramer(876)=0,253).

³⁷ Figura 4-12, distribuição sobre posicionamento ideológico, anexo B pág. 49.

³⁸ Quadro 4-13, posicionamento ideológico em função das características sociais, em linha (%), anexo B pág. 50.

³⁹ Figura 4-13, distribuição do posicionamento ideológico em função do sexo (%), anexo B pág. 50

⁴⁰ Figura 4-14, distribuição sem identificação ideológica em função da regularidade de voto, anexo B pág. 50.

⁴¹ Figura 4-15, distribuição do posicionamento ideológico em função dos inativos, anexo B pág. 50

sendo a maioria estudantes. Freire (2009) aponta o interesse na política e o posicionamento ideológico como variáveis explicativas da abstenção. Consta-se que existe uma predominância em se autoposicionarem à esquerda, independentemente da sua condição e, que o seu posicionamento tem relação significativa com a decisão de votar.

Os indivíduos quando votam, são influenciados por diferentes processos. Questionados sobre a percepção que têm sobre o que os influencia ao votar (pressão social)⁴², a maioria dos que votam afirmam ser influenciados na sua decisão pelas convicções políticas (64,1%), seguido das campanhas políticas (10,5%), da família (5,2%)⁴³ e 6,38% dizem não ser influenciados por nenhuma das anteriores. Encontramos dependência significativa e uma relação de associação, entre a pressão social⁴⁴ e a tendência de voto, apesar desta relação ser fraca. Perante estes dados não é possível confirmar a hipótese (*H1d*) de que a família tem uma importância significativa na participação eleitoral. Independentemente da idade⁴⁵, observa-se que a maioria, tanto homens como mulheres, identifica como influência para votar, a convicção política.

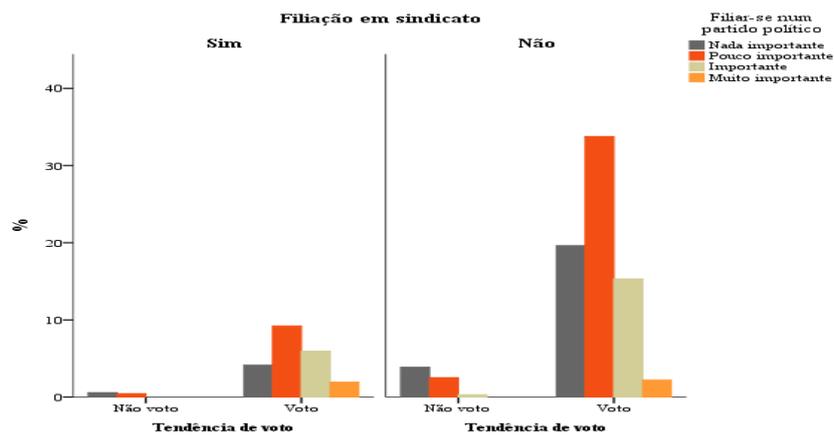


Figura 4-3 – Distribuição da tendência de voto em função de filiação em sindicato e a importância de filiar-se num partido político (%)
 Fonte: Base de dados SPSS, elaboração própria.

Na relação entre a tendência de voto e a pertença a um grupo⁴⁶ (figura 4-3), verifica-se que a maioria dos indivíduos que estão filiados num sindicato e têm tendência a votar, consideram pouco importante filiar-se num partido político (9,2%). Também os que votam e não estão filiados num sindicato consideram pouco importante filiar-se num partido político (33,8%). Encontramos uma percentagem baixa de sindicalizados. Estudos anteriores já tinham evidenciado esse facto (Estanque et al. 2015). Nada aponta que o facto de pertencer a um sindicato considere ser importante filiar-se num partido e influencie

⁴² Recodificação da variável P4, na nova variável P4_pre.

⁴³ Figura 4-16, Distribuição da tendência de voto em função da pressão social no voto, anexo A pág. 51.

⁴⁴ Utilizou-se a variável tendência de voto (dummy). Relação de dependência significativa ($\chi^2_{(6)}=19,068; p<0,001$), existindo uma relação de associação fraca ($VCramer_{(1050)}=0,137$).

⁴⁵ A pressão social e o escalão etário são independentes ($\chi^2_{(12)}=17,877; p=0,119$), não existindo relação nem associação.

⁴⁶ Existe uma relação de dependência significativa ($\chi^2_{(2)}=20,483; p<0,001$) entre a tendência de voto e a importância de filiar-se num partido político existindo uma relação fraca de associação positiva ($VCramer_{(1050)}=0,140$).

a tendência para votar, dada a relação ser pouco explicativa. Verifica-se também que a relação entre tendência de voto e a filiação num sindicato, não é significativa⁴⁷. Por outro lado, os que estão filiados em partidos políticos apresentam dependência significativa⁴⁸ com a tendência para votar, apesar da fraca associação, embora positiva. Estas conclusões apresentam um sentido contrário ao que defendia Lipset de que a “(...) associação dos indivíduos em organizações profissionais (ordens, sindicatos, etc.), (...) funciona como catalisador da participação eleitoral (...) funcionando como agências de socialização na participação” (Lipset, 1959 *apud* Freire, 2001:15).

As diferenças existentes entre os indivíduos do setor público e privado e o respetivo impacto na participação eleitoral apontadas por Freire (2001), encontram-se na dependência significativa⁴⁹ entre votar em todas as eleições, por setor de atividade, com exceção das eleições legislativas que demonstra uma relação não significativa. Se verificarmos a relação entre o setor de atividade e a tendência de voto⁵⁰ a relação é significativa.

4.3.2. PARTICIPAÇÃO ASSOCIATIVA, AÇÕES E VALORES CÍVICOS EM CONTEXTO POLÍTICO

Os indivíduos têm tendência para se associarem no sentido de partilharem valores e interesses comuns, como forma de desenvolver práticas de cidadania, apesar de puderem usufruir dos direitos de cidadania sem os exercerem plenamente (Cabral, 2000).

No sentido de conhecer melhor os respondentes que têm uma participação ativa⁵¹, a análise das características sociais e atitudes políticas tornam-se essenciais como forma exploratória. Identifica-se que a maioria⁵², apresenta ter o ensino superior, pertence à classe dos PTE, procura estar informados sobre as questões políticas, tem interesse na política e não está filiada em sindicatos. Apesar de identificarmos, anteriormente, que a escolaridade não influencia a prática de voto, verifica-se que existe uma relação de dependência significativa entre a escolaridade⁵³ e a participação associativa. Em maioria são os indivíduos que têm o ensino superior os que mais participam em associações. A escolaridade desempenha assim um papel importante nas práticas de cidadania, sendo um dos fatores que contribui para explicar estes fenómenos, em sintonia com o que defende Carvalho (2014).

São as mulheres com idades entre os 18 e 34 anos que mais participam nas organizações, independentemente da natureza destas, com exceção das organizações não governamentais, em que a maioria das mulheres que participa tem entre os 35 e os 44 anos. Comparativamente aos homens, são as mulheres mais jovens as mais participativas enquanto os homens mais jovens participam pouco em todas

⁴⁷ Teste de independência do qui-quadrado ($\chi^2_{(2)}=2,285;p=0,319$).

⁴⁸ Dependência significativa ($\chi^2_{(2)}=20,483;p<0,001$), associação fraca positiva ($VCramer_{(1050)}=0,140$).

⁴⁹ Teste de independência do qui-quadrado entre votar nas Europeias ($\chi^2_{(2)}=12,072;p=0,002$), Presidenciais ($\chi^2_{(2)}=7,833;p=0,020$), Autárquicas ($\chi^2_{(2)}=10,083;p=0,006$). Tendência de voto ($\chi^2_{(1)}=9,125;p=0,003$),

⁵⁰ Estatisticamente existe uma dependência significativa ($\chi^2_{(2)}=11,611;p=0,003$), associação fraca positiva ($VCramer=0,131$).

⁵¹ Variável de resposta múltipla P13, recodificada em \$P13_part

⁵² Quadro 4-14, caracterização dos indivíduos que têm participação associativa ativa, anexo A pág. 51.

⁵³ Teste dependência qui-quadrado ($\chi^2_{(12)}=30,011;p=0,003$).

as diferentes organizações. Os homens que mais participam situam-se entre os 55 e 64 anos, nas instituições de solidariedade social e entre os 35 e 44 anos nas restantes.

A relação entre participação associativa e tendência de voto não é estatisticamente significativa. Os indivíduos que têm participação associativa são influenciados pelo interesse na política e pela exposição à informação. Contudo, isso não implica uma maior participação eleitoral, não existindo relação de causa efeito.

A mobilização tem subjacente interesses e valores que os indivíduos defendem relativamente a aspetos sociais e políticos. Assim, foi questionada a importância sobre algumas ações e valores cívicos no sentido de perceber se estas são relevantes na participação eleitoral.

Das ações cívicas exercidas nos últimos 6 meses (mobilização ativa⁵⁴) as que apresentam maior registo, são: a assinatura de uma petição (38,5%) e participar num protesto público (11,2%). Porém, 29,4% dos respondentes não participaram em nenhuma das mencionadas ações⁵⁵.

A maioria de quem assinou uma petição é do sexo feminino (52,8%), situa-se no escalão etário entre os 18 e 34 anos (29%), tem o ensino superior (58,2%), reside em meio urbano (75,3%), tem algum interesse por política (48%), está exposto à informação política com regularidade (41,1%), posiciona-se à esquerda (42,4%), não considera importante filiar-se num partido político (66,9%), não está filiado em sindicato (74,6%) e pertence à classe dos PTE (45,4%)⁵⁶. Com exceção da escolaridade, identificam-se relações estatisticamente significativas, entre as ações cívicas e as características sociais.

Verifica-se que existe evidência estatística para afirmar que os diferentes pares de itens estão relacionados e são significativos (Coeficientes *Rho Spearman* entre 0,130 e 0,701), (quadro 4-6). Isto quer dizer que existem relações fracas e relações médias entre a importância que os indivíduos dão a umas ações e a outras, todas elas em sentido positivo, apesar da relação entre filiar-se num partido e fazer voluntariado ser insignificante.

Quadro 4-6 – Coeficientes de correlação linear de Parsons entre os itens de ações

Grau de significância *** $p < 0,001$

Fonte: Base de dados SPSS, elaboração própria.

	Participar em ações de solidariedade	Obedecer a todas as leis e regulamentos	Filiar-se num partido político	Fazer voluntariado	Ser uma pessoa politicamente ativa
Participar em ações de solidariedade	1	,287*** (n=1050)	,183*** (n=1050)	,701*** (n=1050)	,292*** (n=1050)
Obedecer a todas as leis e regulamentos		1	,214*** (n=1050)	,253*** (n=1050)	,145*** (n=1050)
Filiar-se num partido político			1	,130*** (n=1050)	,572*** (n=1050)
Fazer voluntariado				1	,227*** (n=1050)
Ser uma pessoa politicamente ativa					1

⁵⁴ Recodificação da variável de resposta múltipla P15, na nova variável \$P15_aço.

⁵⁵ Quadro 4-15, mobilização ativa - frequência das ações cívicas, anexo B pág. 52.

⁵⁶ Quadro 4-16, caracterização dos indivíduos com mobilização ativa, anexo B pág. 52.

No entanto, ser um cidadão politicamente ativo tem uma correlação positiva média com o filiar-se num partido, sendo a variação desta explicada em 57% ($r_2=0,572$). Quando aumenta a perceção de ser um cidadão politicamente ativo aumenta a importância em filiar-se num partido e vice-versa.

Por outro lado, participar em ações de solidariedade tem uma correlação média positiva com o fazer voluntariado, sendo a variância dessa relação explicada em 70% ($r^2=0,701$). Quando aumenta a participação em ações de solidariedade aumenta a participação no voluntariado e vice-versa.

Quadro 4-7 – Medidas de associação entre características sociais e políticas e práticas de cidadania

Participação associativa (P13) e ações cívicas (P_11) categorizadas numa escala de nenhuma, mínima, moderada, elevada; valores cívicos categorizados numa escala de 1(nada importante) a 4(muito importante), (P12-a, b, c, e). Valores de associação V_{Cramer} significativos. * $p<0,05$; ** $p<0,01$; *** $p<0,001$.

	Participação associativa	Ações cívicas	Valores cívicos
Pertença a grupo			
Filiado em sindicato	-	0,151**	-
Filiado em partido	0,490***	0,262***	0,313***
Perceções políticas			
Interesse na política	0,182***	0,204***	0,258***
Posicionamento ideológico	0,158***	0,127***	0,118**
Exposição à informação política	0,121***	0,122***	0,183***
Confiança nas instituições	0,141***	0,83*	0,243***
Satisfação com instituições	-	0,77*	0,148***
Perceções individuais			
Satisfação com a vida	0,091**	0,084**	0,112***
Situação económica	-	-	-
Características sociais			
Escalão etário	0,093**	0,108***	-
Sexo	0,204***	0,176***	-
Escolaridade	0,116***	-	-
Habitat	0,088*	-	-
Situação profissional			
Sector de atividade	-	0,115*	-
Indicador socioprofissional	0,112**	0,121*	-
Inativos	0,178**	0,168**	-

Através do quadro 4-7, observa-se as associações e efeitos que as características sociais e políticas têm nas práticas de cidadania, identificando-se que a situação económica não é significativa e que o setor de atividade apenas tem relação com as ações cívicas, bem como o facto de estar filiado num sindicato. Por outro lado, o sexo e o escalão etário, o indicador socioprofissional e o facto de estarem inativos, não tem qualquer relação com a importância que os indivíduos atribuem aos valores apresentados. A relação com maior associação deve-se ao facto de estar filiado num partido que promove a participação associativa, as ações cívicas são mais valorizadas e os valores mais acentuados.

Relativamente às questões sobre a perceção das práticas sociais e direitos na sociedade⁵⁷, identifica-se a perceção de que aderir a movimentos sociais para reivindicar direitos ou participar em manifestações contribui para a mudança e a resolução de problemas sociais. Porém, existem 23,2% dos respondentes que consideram que as pessoas não têm todos os mesmos direitos. Este número é representado por 244 indivíduos. A maioria são masculinos (51,6%), com o ensino superior (51,6%), seguido do secundário (40,2%), distribuídos entre os 18 e os 34 anos e os 35 os 45 anos (24,6%; 25,8% respetivamente), vivem em meio urbano (70,1%), pertencem à classe dos EE (43,7%), seguido dos PTE

⁵⁷ Quadro 4-17, distribuição das perceções sobre práticas sociais em função da tendência para votar (%), anexo B pág. 53.

(34,2%) e dizem-se de esquerda (29,9%), seguido do centro (23,9%). Dos indivíduos inativos os estudantes são a maioria (38,5%), seguidos dos reformados (36,5%).

Identifica-se, assim, uma percentagem considerável de indivíduos, nesta amostra, que entendem que os direitos não devem ser iguais para todos. Esta evidência questiona quem são estes indivíduos e a que direitos se referem. Esta questão não encontra resposta no presente estudo.

4.3.3. CONFIANÇA E SATISFAÇÃO COM AS INSTITUIÇÕES NO CONTEXTO POLÍTICO

A confiança e satisfação que os indivíduos têm nas instituições pode condicionar as suas perceções e práticas face ao funcionamento das mesmas, sejam elas políticas ou outras.

Os respondentes demonstram ter pouca confiança na avaliação que fazem das instituições. Verifica-se que são as Forças de Segurança a entidade em quem mais confiam (média de 3,10), seguida da Junta de Freguesia (média de 3,01). Inversamente demonstram ter pouca confiança no Governo (média de 2,26), na Igreja (média de 2,26) e no Banco de Portugal (média de 2,18)⁵⁸. Estes números podem refletir o impacto mediático de acontecimentos que envolveram instituições bancárias e da Igreja.

As mulheres demonstram ter pouca confiança nas instituições⁵⁹, em particular com idades entre os 18 e 24 anos (12%). Os homens também demonstram pouca confiança nas idades entre os 35 e 44 anos (7,2%) e os 55 e 64 anos (7,1%), (figura 4-4). Na relação entre confiança nas instituições e tendência de voto⁶⁰, verifica-se que são os indivíduos que não têm confiança nas instituições (44,2%)⁶¹ os que têm tendência a não votar e que apresentam maior diferença relativamente aos restantes.

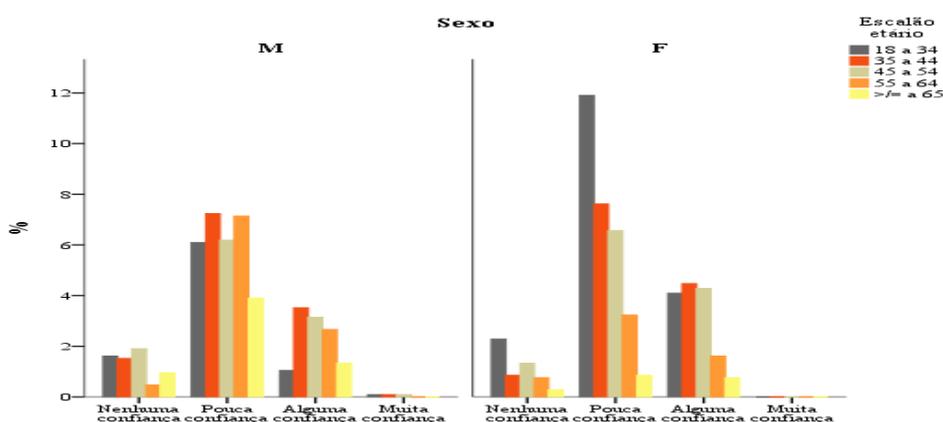


Figura 4-4 – Distribuição da confiança nas instituições pelo sexo e escalão etário (%)
 Fonte: Base de dados SPSS, elaboração própria.

⁵⁸ Figura 4-18, média da confiança nas instituições, anexo B pág. 53.

⁵⁹ Recodificação das variáveis P8_a); P8_b); P8_c); P8_d); P8_e); P8_f); P8_g); P8_h); P8_i); P8_j); P8_k), na nova variável P8_conf, medida numa escala de 1 (Nenhuma confiança) a 4 (muita confiança).

⁶⁰ Não se verificam os pressupostos para o teste do qui-quadrado.

⁶¹ Figura 4-19, distribuição da confiança nas instituições em função da tendência de voto, anexo B pág. 54.

No entanto, se limitarmos a confiança apenas às instituições políticas⁶², constata-se que as percentagens dos indivíduos que não votam e que não têm nenhuma confiança nas instituições é de apenas 3,9%⁶³.

Identificando os determinantes da confiança nas instituições políticas⁶⁴, verifica-se que existe pouca confiança dos homens (45,8%) e mulheres (45,4%). Pouca confiança em todos os escalões etários com mais incidência nas idades entre os 35 e 44 anos (50,8%) e alguma confiança nos maiores de 65 anos (38,8%). Pouca confiança dos trabalhadores do setor público e pouca confiança dos residentes em meio rural (48,7%). Percebe-se ainda que a pouca confiança não depende da escolaridade.

Procurou-se perceber se a satisfação com as instituições⁶⁵ influenciava os indivíduos nos seus comportamentos eleitorais, dado que estes demonstram na sua maioria uma insatisfação generalizada. Existe insatisfação com a economia (média, 2,10), com o Governo (média de 2,11), com a saúde (média de 2,19) e com a educação (média de 2,22). Relativamente à satisfação com a sua vida a média de satisfação é mais elevada (média de 2,75)⁶⁶ apesar de baixa.

Analisando a distribuição da satisfação apenas com as instituições⁶⁷, verifica-se que a maioria dos respondentes estão insatisfeitos (58,5%), e que apenas 0,4% afirmaram estar muito satisfeitos⁶⁸. Identifica-se (figura 4-5), que, em maioria, são as mulheres entre os 18 e 34 anos (11%), que dizem estar insatisfeitas. Relativamente aos homens, a maioria dos insatisfeitos têm entre os 35 e 44 anos (6,5%).

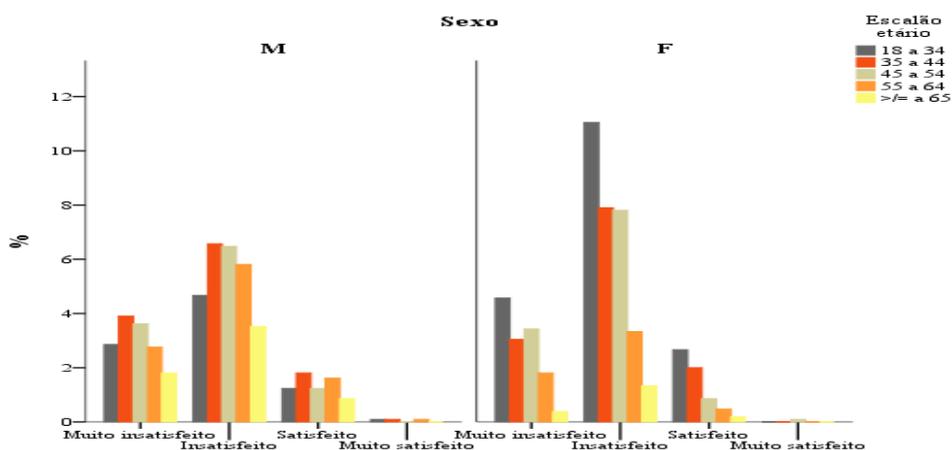


Figura 4-5 – Distribuição da satisfação com as instituições em função do sexo e escalão etário (%)
 Fonte: Base de dados SPSS, elaboração própria.

⁶² Recodificação das variáveis P8_a); P8_c); P8_d); P8_g); P8_i), na nova variável P8_conf_instpol, medida numa escala de 1 (Nenhuma confiança) a 4 (muita confiança).

⁶³ Figura 4-20, distribuição da confiança nas instituições políticas em função do voto, anexo A, pág. 54.

⁶⁴ Quadro 4-18, determinantes da confiança nas instituições políticas, anexo A, pág. 54.

⁶⁵ Recodificação das variáveis P9_a); P9_b); P9_c); P9_d), na nova variável P9_sat. (não inclui a satisfação com a vida), medida numa escala de 1 (muito insatisfeito) a 4 (muito satisfeito).

⁶⁶ Figura 4-21, média da satisfação com as instituições e a vida em geral, anexo A pág. 55.

⁶⁷ Recodificação das variáveis P9_a); P9_b); P9_c), na nova variável P9_Sat.

⁶⁸ Figura 4-22, distribuição da satisfação com as instituições, anexo A pág. 55

Percebe-se a existência de uma maior insatisfação com as instituições por parte dos indivíduos em geral, independentemente do sexo e idade. Verifica-se que não existe relação entre votar e a satisfação com as instituições⁶⁹, dado que independentemente do grau de satisfação nas instituições a maioria tende a votar.

Verifica-se o mesmo no que se refere à satisfação com a vida e a sua influência na tendência de voto, apesar de apresentar uma relação significativa⁷⁰, podemos verificar que independentemente do grau de satisfação a tendência é votar (figura 4-6). Podemos confirmar parcialmente a hipótese (H2d), os indivíduos com mais confiança tendem a votar, mas o mesmo não se verifica com a satisfação.

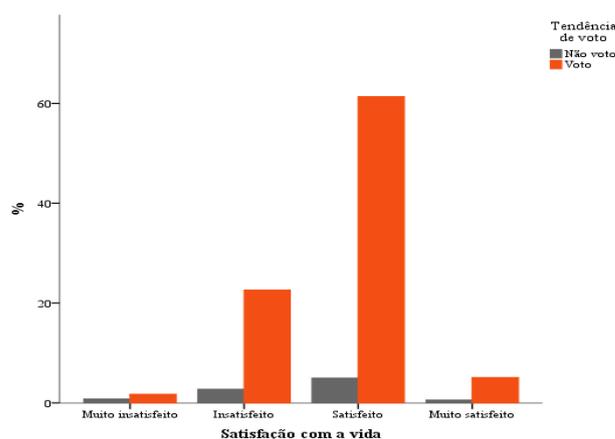


Figura 4-6 – Distribuição da satisfação com a vida em geral em função da tendência de voto (%)

Fonte: Base de dados SPS elaboração própria.

Na presente amostra os indivíduos mais satisfeitos com a vida tendem a votar nas eleições. No entanto, não se pode afirmar que existe uma relação de causa efeito. São as mulheres mais jovens (18 aos 34 anos) que estão mais satisfeitas com a vida (12,8%), os homens mais satisfeitos têm entre os 35 e 44 anos (8,7%)⁷¹.

A satisfação com as instituições⁷², segundo a confiança tem uma correlação significativa e apresenta médias que nos permitem afirmar que quando aumenta a confiança, aumenta a satisfação.

Os indivíduos que não têm nenhuma confiança apresentam uma média de satisfação de 1,32, face aos indivíduos que têm muita confiança com média de satisfação de 3,67⁷³.

⁶⁹ Figura 4-23, Distribuição satisfação com as instituições em função da tendência para votar, anexo B pág. 55.

⁷⁰ Dada a falta de distribuição da variável tendência de voto utilizou-se a variável em dummy. Relação de dependência significativa ($\chi^2_{(6)}=17,762;p<0,001$), associação fraca positiva ($VCramer_{(1050)}=0,132$).

⁷¹ Figura 4-24, satisfação com a vida em função do sexo e escalão etário, anexo A, pág. 56.

⁷² Existem diferenças nas médias, significativas entre os grupos ($F_{(3,1046)}=86,461;p<0,001$). Existe uma correlação média positiva e significativa entre a confiança nas instituições e a satisfação com as instituições ($r_{s(1050)}=0,437;p<0,001$), em que a variância desta relação é explicada em 19% ($r^2=0,190$). Isto quer dizer, que quando aumenta a confiança aumenta a satisfação e vice-versa.

⁷³ Figura 4-25, média da satisfação das instituições segundo a confiança nas instituições, anexo A, pág. 56.

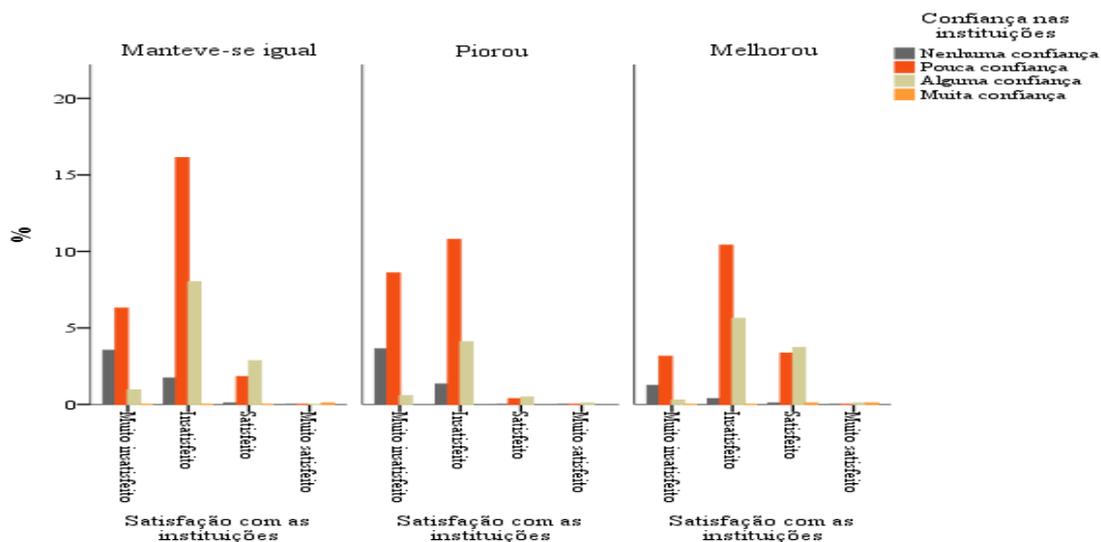


Figura 4-7 – Distribuição da satisfação e confiança nas instituições segundo a da situação económica dos últimos 5 anos (%)
 Fonte: Base de dados SPSS, elaboração própria.

Relativamente à satisfação e confiança nas instituições face à situação económica dos últimos 5 anos, verifica-se que, independentemente da situação económica, os indivíduos estão insatisfeitos e têm “pouca confiança” nas instituições, com predominância nos que dizem que a situação económica se manteve igual (figura 4-7).

5. CAPÍTULO | CONCLUSÕES

A análise das desigualdades é dissociável do estudo dos espaços sociais onde os indivíduos estabelecem interações entre eles e as diferentes estruturas que compõem a sociedade, bem como na interpretação que fazem dessa realidade, isto porque, as representações sociais incorporam a dimensão cultural intrínseca aos fenómenos sociais, dado estarmos perante espaços de diferenciação.

Os percursos dos indivíduos são condicionados pelas suas trajetórias de vida, pelas socializações a que são sujeitos e que se traduzem na construção que os mesmos vão fazendo da realidade, produzindo representações sobre os diferentes domínios do seu quotidiano. Estes são traduzidos em comportamentos e discursos sobre diferentes temáticas, através da reflexividade que lhes impõem, bem como na construção subjetiva das suas disposições que se traduzem em ações, face a determinada circunstância da sua vida. Perante isto os indivíduos constroem crenças e valores sobre si próprios e sobre os outros, que lhes permite orientar as disposições nos seus percursos e representações.

Podemos dizer que “o processo de socialização política parece genericamente pré-condicionado pela importância que os indivíduos atribuem à sua própria opinião.” (Cabral, 2000:96). Ou, ainda, que os processos de socialização dos indivíduos com o sistema político, determina de algum modo as suas perceções (Santo 2019).

Neste contexto, procurou-se identificar sociologicamente a representação do voto, e de que forma este pode condicionar a participação eleitoral, na sua relação com as práticas de cidadania, de modo a responder à questão colocada nesta dissertação.

Constata-se um sentimento negativo no que se refere ao sistema político, apontando para um afastamento dos cidadãos face a uma classe que consideram privilegiada e impune. Esta constatação pode levar à identificação da falta de confiança e ao descrédito, no âmbito do que é descrito por Costa relativamente aos sintomas negativos identificados nas democracias que são sustentados pela “diminuição da participação eleitoral, o desinteresse dos cidadãos pelos partidos políticos (diminuição do número de filiados e ativistas) e o aumento da desconfiança em relação aos partidos e às instituições democráticas.” (2014:24). Ou, também, o que demonstra Belchior ao apontar um crescimento da insatisfação com a democracia por parte dos cidadãos portugueses, exatamente pela falta de confiança nas instituições (2015b). Porém, as representações sobre o voto, aqui analisadas, são positivas, se tivermos em consideração que a maioria dos respondentes considera o voto como um ato de cidadania. Esta questão é relevante, porque identifica-se nos discursos a consciência de que o voto é um direito e um dever, e pode contribuir para mudar as políticas e eleger quem os representa. Esta evidência, traduz-se na falta de identificação com o sistema político e as ofertas políticas, mas não com os mecanismos democráticos, conferindo ao voto importância social e política inquestionável (Santo, 2019).

Os indivíduos vão encontrando através das ideias, explicações e crenças que interiorizam nas suas diferentes socializações, como formas de construir interpretações da realidade e representar a importância do voto. A importância dos media na socialização, deve ser equacionada na abordagem da

análise da cidadania, porque tem demonstrado, como identificam alguns autores (Cardoso, 2014; Santo, 2019), que estes influenciam a opinião pública, sendo um dos veículos que estabelecem a relação de proximidade ou afastamento, do cidadão com a realidade política.

Como identificado nesta amostra existe um interesse na visualização de conteúdos políticos, sendo os diferentes meios de comunicação social utilizados para o efeito. No entanto, a socialização não é de modo algum interiorizada por todos de igual forma e as desigualdades inerentes a esse processo não permitem aos indivíduos lidar com o universo da política com os mesmos recursos, originando desigualdades nos processos de interpretação e identificação das mensagens políticas e dos diferentes mecanismos que lhe estão associados. A relação dos indivíduos com a realidade política assenta em razões objetivas e subjetivas, não apenas conjunturais, mas também estruturais, que moldam o pensamento e condicionam as suas ações. A sua integração em partidos políticos, implica uma socialização e participação mais ativa face aos restantes. O facto de os indivíduos estarem filiados em partidos, demonstra maior disponibilidade para se associarem a outras organizações, conferindo-lhes maior apetência para interiorizarem com mais facilidade a realidade sobre as instituições políticas e organizacionais e acionar as suas disposições para agir.

A relação com o voto, por parte dos indivíduos desta amostra, vai muito para além da falta de satisfação ou confiança nas instituições políticas e dos mecanismos que são desenvolvidos por parte dos governantes na sua ação e relação com eles. Consta-se a extrema importância que tem a proximidade dos políticos ao “povo” e o desempenho das suas funções com honestidade e transparência, de modo a que estes se sintam bem representados.

Na presente amostra os efeitos das características sociais dos indivíduos demonstraram ser diminutos, na representação que estes têm do voto. No entanto, não podemos deixar de identificar que a interpretação dos atos eleitorais, influenciada pelo consumo de informação política através dos media e dependente do interesse demonstrado na política, são atitudes que dependem dos recursos, em particular do capital escolar e que influenciam os comportamentos. Estes resultados apontam no mesmo sentido que o resultado de outros autores (Almeida et. al, 2006). Por outro lado, a idade demonstrou ser um fator diferenciador na abstenção, bem como o sexo. Diferentes estudos associam os comportamentos das mulheres relativamente ao voto, não às características sociais, mas a aspetos relacionados com a religiosidade (Lisi, 2019), algo que não foi tratado nesta investigação.

Verificou-se que uma percentagem considerável de indivíduos não quiseram revelar a sua simpatia política na dicotomia esquerda/direita, ou que não se identificam com nenhuma. A interpretação da mensagem política está condicionada pelo interesse que os indivíduos demonstraram relativamente a estas matérias, indiciando que a falta de posicionamento ideológico pode ser compatível com a falta de compreensão das mensagens políticas (Belchior, 2015a).

O facto de estarmos perante uma amostra mais escolarizada permite inferir que os indivíduos com maiores recursos educacionais têm mais facilidade em lidar com o universo da política (Freire 2000; Freire e Magalhães, 2002) e têm maior capacidade para exercerem o seu direito de voto (Magalhães,

2001), o que muitos autores classificaram como a sofisticação da política, considerando que os indivíduos mais sofisticados têm percepções sobre a política mais precisas (Woon, 2007 e Granberg e Brown, 1992; Listhaug et al., 1994; Dahlberg, 2009, *apud* Belchior, 2015a). No entanto, na perspectiva da abordagem teórica desenvolvida por Ávila (2008) sobre a literacia, podemos pressupor que a iliteracia política poderá condicionar os processos de interpretação das mensagens políticas naqueles que à partida não demonstram interesse nessas matérias, independentemente do grau de escolaridade. Ou em linha com Cardoso (2014), o acesso à informação política através dos media obriga a uma literacia necessária para a interpretação das mensagens políticas.

Esta amostra é representada, em maioria, por indivíduos da classe dos Profissionais Técnicos e de Enquadramento, com simpatias políticas à esquerda que demonstram elevadas práticas de cidadania e muita regularidade na exposição à informação sobre política. Por outro lado, os indivíduos inativos não apresentam grandes diferenças face aos ativos. Porém, as classes sociais continuam a desempenhar um papel importante na análise das desigualdades, dado que estas “não perdem de vista o desigual poder de disposição e distribuição dos recursos, sendo sensíveis à premissa de que não é possível avaliar pela mesma bitola «democrática» as diferentes classes e grupos sociais quanto à natureza e ao grau de acesso a bens e serviços, assim como recursos políticos, comunicativos e culturais” (Silva, 2006 *apud* Nunes, 2011:235).

A pouca importância dada à militância em partidos políticos também caracteriza os indivíduos desta amostra, em linha com o identificado em Lisi (2015), sobre a reduzida filiação partidária existente em Portugal. Consta-se uma minoria filiada em partidos políticos e sindicalizada, circunstância que não tem influência no comportamento eleitoral desta amostra. Por outro lado, nos indivíduos do setor público e privado, os dados confirmam que esta circunstância influi na participação eleitoral. Verifica-se que estamos perante uma amostra escolarizada que procura estar informada sobre as questões políticas, demonstrando ter alguma participação associativa e desempenho de atividades cívicas, apesar destas últimas não se caracterizarem tanto por mobilizações sociais e participativas, mas sim de carácter mais formal e individual, como é o caso das petições. Estes desempenhos do seu papel de cidadão, constroem-se através das percepções que vão sendo adquiridas pelas mensagens e interações que vão gerando no seu quotidiano. No entanto, demonstram alguma passividade porque, apesar de nos seus discursos apresentarem um elevado grau de insatisfação com as políticas e com os governantes face ao seu desempenho, a mesma não se reflete nas suas atitudes relativamente à reivindicação das mudanças que percecionam dever existir. Era de esperar uma amostra mais interventiva dada a sua elevada escolarização. No entanto, existe uma fraca disposição para agir face à realidade percecionada. Cabral defende (2018) que existe uma falta de iniciativa e de mobilização dos cidadãos, pela percepção que estes adquirem de que as suas iniciativas não contribuem para mudar nada. No entanto, a percepção de que através do voto, a sua opinião conta e, podem de facto, contribuir para mudar o sistema, são características de uma parte significativa desta amostra. O facto de estarmos perante uma amostra não

representativa, impede que se extrapolem conclusões, embora se iniciem pistas para investigações futuras.

5.1. REFLEXÃO SOBRE AS LIMITAÇÕES DECORRENTES DA INVESTIGAÇÃO

Analisar a realidade da representação do voto demonstrou ser metodologicamente difícil, dado que no decorrer do presente estudo foram sendo encontradas algumas limitações, a seguir descritas, consideradas importantes para se conseguir alcançar resultados pertinentes.

Apesar de se identificar nos comportamentos dos indivíduos o suficiente para responder ao que se tinha proposto com esta investigação, entende-se que, após o aprofundamento do conhecimento e identificando as dificuldades decorrentes da mesma, a consideração de indicadores sobre orientações, crenças e valores mais precisos, teria permitido uma análise mais fina, contribuindo para um melhor desenvolvimento da abordagem das representações do voto. Permitiria também identificar as desigualdades estruturais e uma melhor compreensão dos fenómenos comportamentais face ao voto, dado que, sendo este indiscutivelmente valorizado, não tem tradução na sua utilização.

Constata-se, que os comportamentos são complexos e não podem ser reduzidos a análises simplistas. Neste sentido, algumas questões surgiram no decorrer desta investigação, como por exemplo: que razões levam os indivíduos a pertencer a grupos (associações, sindicatos, partidos)? que razões estão implícitas na necessidade de fazer voluntariado ou participar em ações de solidariedade? Questionar, também, se as práticas associativas indicadas por estes cidadãos, são na realidade exercidas através do voluntariado e participação ativa nas instituições, ou cingem-se apenas à pertença como associado pagador de quota. As respostas podiam ajudar na explicação sobre as práticas de cidadania, que por sua vez se traduzem numa melhor interpretação da representação do voto.

No presente estudo foi considerada a limitação na comparação com outros estudos representativos, evitando sofismas e erros processuais que possam pôr em causa os resultados da análise, sobretudo pela categorização dada aos indicadores utilizados, numa comparação genérica da qual se estabelece relação. A comparação com dados de outros países não pareceu pertinente porque o voto e a sua representação devem ser interpretados de acordo com os seus contextos e a cultura do país a que se refere, dado que os processos de socialização dos indivíduos estão subjacentes a esses contextos e diferentes culturas, como refere Santo (2019), assim como a utilização de indicadores que não permitem comparação, dado estarmos a trabalhar dados não representativos.

Para concluir, acrescentar que os dados analisados podem apresentar características sociais e individuais diferentes dos que se possam identificar na atualidade, devido à situação pandémica que se vive. Na atual situação os indivíduos poderão ter alterado as suas perceções, práticas e atitudes face às instituições, questão a explorar em investigação futura.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, J. Ferreira de, F. Luís Machado, A. Firmino da Costa (2006), “Social classes and values in Europe”, *Portuguese Journal of Social Science* 5: 2, pp. 95–117, doi: 10.1386/pjss.5.2.95/1.
- Almeida, João Ferreira de (1994), *Introdução à Sociologia*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Almeida, João Ferreira de (1996), *Introdução à Sociologia: Valores e representações sociais* - <https://vimeo.com/user34119652/review/129918203/3b451e7e90>, acessado em 21 de janeiro de 2020.
- Almeida, João Ferreira de (2007), “Velhos e Novos Aspectos da Epistemologia Das Ciências Sociais”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 55, pp. 11–24.
- Andolina, Molly, Keeter Scott, Cliff Zukin, Jenkins, Krista (2003), *A guide to the index of civic and political engagement*.
- Antunes, Rui (2008), “Identificação Partidária e Comportamento Eleitoral. Fatores Estruturais, Atitudes e Mudanças no Sentido de Voto.” Universidade de Coimbra.
- Ávila, Patrícia (2007), “Literacia e desigualdades sociais na sociedade do conhecimento”, in *Sociedade e Conhecimento Portugal no Contexto Europeu* Vol. II, Lisboa, CIES-ISCTE, pp. 21-44.
- Ávila, Patrícia (2008), *A Literacia dos Adultos, Competências-chave na Sociedade do Conhecimento*, Lisboa, Celta Editores.
- Belchior, Ana Maria (2015a), “Crise Económica e Perceções Sobre a Ideologia Dos Partidos Políticos Em Portugal (2008-2012),” *Análise Social* 50 (217), pp. 734-760.
- Belchior, Ana Maria (2015b), *Confiança nas Instituições Políticas*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Beck, Ulrich (2000), “A reinvenção Política”, em Ulrich Beck, Anthony Giddens, Scott Lash, *Modernização reflexiva*, Oeiras, Celta Editora, pp. 1-52.
- Bourdieu, Pierre ([1979] 2006), *A Distinção – Crítica social do julgamento*, São Paulo, Zouk.
- Bourdieu, Pierre (1989), *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel.
- Bourdieu, Pierre e Jean-Claude Chamboredon e Jean-Claude Passeron (2002), “A Construção Do Objeto.” in *Ofício de Sociólogo Metodologia da pesquisa epidemiologia*, Petrópolis, Editora Vozes.
- Cabecinhas, Rosa (2009), “Investigar Representações Sociais: Metodologias e Níveis de Análise”, pp. 51–56 em *Baptista, M. M., Cultura- Metodologias e Investigação*, Lisboa, Verso Edições.
- Cabral, Manuel Villaverde (2000), “O Exercício Da Cidadania Política Em Portugal” *Análise Social*, 85–113.
- Cabral, Manuel Villaverde (2003), “O Exercício Da Cidadania Política Em Perspectiva Histórica (Portugal e Brasil)” *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 18(51), pp. 31–60.
- Cabral, Manuel Villaverde (2006), “Despotismo de Estado e Sociedade Civil Real em Portugal: Distância Ao Poder, Comunicação Política e Familismo Amoral” *Razão, Tempo e Tecnologia. Estudos Em Homenagem a Hermínio Martins*, S/E, pp. 157–180.
- Cabral, Manuel Villaverde (2018), “Cidadania, Participação Social e Mobilização Política” *Cadernos Metrópole* 20(43), pp. 865–877.
- Caetano, Ana (2011), “Para Uma Análise Sociológica Da Reflexividade Individual.” *Sociologia, Problemas e Práticas*, 66, pp:157–174.
- Cardoso, Gustavo (2006), “Sociedade em Transição para a Sociedade em Rede”, em *Sociedade em Rede – Do conhecimento à Acção Política*, Conferência Promovida pelo Presidente da República, 4 e 5 de março, Centro Cultural de Belém, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 31-61.
- Cardoso, Gustavo (2014), *Os media na Sociedade em Rede*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Casanova, José Luís (2004), *Naturezas Sociais: Diversidade e Orientações Sociais na Sociedade Portuguesa*, Oeiras, Celta Editores.
- Casanova, José Luís (2016a), “Orientações Sociais e Cidadania”, Conference Paper, pp. 0-22.
- Casanova, José Luís (2016b), “Desigualdade e Ação, Disposições, Reflexividade, Orientações Sociais”, in Machado, L.F., A. N. Almeida, A.F. Costa (Org.) *Sociologia e Sociedade, Estudos de Homenagem a João Ferreira de Almeida*, Lisboa, Mundos Sociais.

- Casanova, José Luís, Almeida, J. Ferreira (2018), “Nacional-Populismo-Trajectoria das Desigualdades e Heteronomia (França e Portugal Na UE, 2002/2014)” em *Desigualdades Sociais Portugal e a Europa*, in R. C. J. S. A. S. M. A. F. da C. (Orgs). *Mundos Sociais*, pp. 185–208.
- Castells, Manuel (2005), “Sociedade em Rede: Do conhecimento à política”, em *Sociedade em Rede – Do conhecimento à Acção Política*, Conferência Promovida pelo Presidente da República, 4 e 5 de março, Centro Cultural de Belém, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 17-30.
- CNE (2019), Comissão Nacional de Eleições, acessado em 21 de janeiro de 2020, Disponível em : <http://www.cne.pt/content/eleicoes-para-assembleia-da-republica-2019>
- Costa, Bruno Ferreira (2014), “A Influência Do Sistema Político e Eleitoral e Do Contexto Macroeconómico Na Participação Nas Eleições Legislativas Em Portugal e Espanha (2004 - 2011) Um Contributo Para o Estudo Da Democracia”, Tese elaborada para a obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais, na especialidade de Ciência Política, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.
- Durkheim, Émile (2009 [1912]), *As formas elementares da Vida Religiosa: O sistema totêmico na Austrália*, São Paulo, Martins Fontes.
- ESS (2016), ESS8 - 2016 Documentation Report – The ESS data Archive, Edition 2, European Social Survey, Norwegian Centre.
- Estanque, Elísio, Hermes Augusto Costa, Manuel Carvalho da Silva (2015), “O futuro do sindicalismo na representação sociopolítica”, em André Freire (org.) *O Futuro da Representação Política Democrática*, Lisboa, Vega.
- Étienne, Jean, Fraçoise Bloess, Jean-Pierre Noreck, Jean-Pierre Roux (2008) *Dicionário de Sociologia, as noções os mecanismos, os autores*, Lisboa, Plátano Editora.
- Fernandes, António Teixeira (2000), “Desigualdades e Representações Sociais”, *Revista da Faculdade de Letras, Sociologia* 10, pp. 203–14.
- Fitzgerald, Des (2019), “What was sociology?”, *History of the Human Sciences*, 32(1), pp. 121–137.
- Freire, André (2000), “Participação e Abstenção Nas Eleições Legislativas Portuguesas, 1975-1995” *Análise Social* XXXV(154–155), pp. 115–45.
- Freire, André (2001), *Modelos Do Comportamento Eleitoral - Uma Breve Introdução Crítica*, Lisboa, Celta.
- Freire, André (2002), “Realinhamentos Eleitorais, 1983-1999: Estruturas Sociais, Economia e Voto Partidário,” *Análise Social* XXXVII(162), pp. 121–49.
- Freire, André (2009), “Valores, temas e voto em Portugal 2005-2006: analisando velhas questões com nova evidência, em Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães, *As eleições legislativas e presidenciais 2005-2006*, Lisboa, ICS.
- Freire, André e Pedro Magalhães (2002), *A Abstenção Eleitoral Em Portugal*. Lisboa: ICS.
- Giddens, Anthony (1991), *As Consequências da Modernidade*, 5.º edição, São Paulo, Unesp.
- Giddens, Anthony (1995), *Para Além da Esquerda e da Direita*, São Paulo, UNESP Fundação.
- Giddens, Anthony (2013), *Sociologia*, 9.ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Godoy, Nilton Serras Lopes Caparelli de (2013), “Classes Sociais e Voto Partidário em Portugal, 1987-2011”, Tese elaborada para a obtenção do grau de Doutor em Sociologia, Lisboa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.
- Jalali, Carlos (2005), “Nova Governação, Nova Cidadania? Os Cidadãos e a Política Em Portugal.” *Tékhne - Revista de Estudos Politécnicos*, pp. 29–38.
- Jalali, Carlos (2009), “No meio está a virtude? As preferências e posições de eleitores e partidos nas legislativas de 2005”, em Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães, *As eleições legislativas e presidenciais 2005-2006*, Lisboa, ICS, pp. 155-182.
- Jodelet, Denise (2018) “Ciências Sociais e Representações: Estudo dos Fenómenos Representativos e Processos Sociais, do Local ao Global”, *Sociedade e Estado* 33(2), pp. 423–42.
- Lahire, Bernard (2004a), “Estar disposto” em *Retratos Sociológicos: disposições e variações individuais*, Mato Grosso, Editora Artmed.

- Lahire, Bernard (2004b), “Retorno e avanços” em *Retratos Sociológicos: disposições e variações individuais*, Mato Grosso, Editora Artmed.
- Lapa, Tiago, et al. (2018), “As desigualdades digitais e a sociedade portuguesa – Divisão, continuidades e mudanças, em Renato Miguel Carmo, João Sebastião, Joana Azevedo, Susana da Cruz Martins e António Firmino da Costa (2018), *Desigualdades Sociais: Portugal e a Europa*, Lisboa, Mundos Sociais, pp. 257-270.
- Lazarsfeld, Paul, Bernard Berelson, Hazel Gaudet (1944), *The People’s Choice; How the Voter Makes up His Mind in a Presidential Campaign*, 3.^a edição, New York and London, Culombia University Press.
- Lisi, Marco (2015), “O futuro dos partidos na representação política”, em André Freire et al. (org) *O futuro da Representação Política democrática*, Lisboa, Vega, pp. 93-118.
- Lisi, Marco (2019), *Eleições – Campanhas eleitorais e decisão de voto em Portugal*, Lisboa, Edições Sílabo.
- Lobo, Marina Costa et al. (2020), *Estudo Eleitoral Português 2019*, Arquivo Português de Informação Social, Lisboa. APIS0061, acessado em <<http://hdl.handle.net/10400.20/2080>>.
- Lupton, Deborah (2012), *Digital Sociology: An Introduction*, Sydney, University of Sydney.
- Lupton, Deborah (2014), *Digital Sociology*, London and New York, Routledge.
- Machado, Fernando Luís, et al. (2003), “Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações”, *Revista Crítica de ciências Sociais*, 66, pp.45-80.
- Magalhães, Pedro (2001), “Desigualdade, Desinteresse e Desconfiança: A Abstenção Nas Eleições Legislativas de 1999” *Análise Social* 35(157), pp. 1079–93.
- Magalhães, Pedro (2008), “Redes Sociais e Participação Eleitoral”, *Análise Social*, vol. XLIII (3.º), 2008, 473-504.
- Moscovici, Serge (2003) “A História e a Atualidade Das Representações Sociais.” em *Representações sociais: investigações em psicologia social*, Petrópolis, Editora Vozes, pp. 167–214.
- Nunes, Nuno F., Soares Pombo (2011), “Desigualdades Sociais e Acção Colectiva Na Europa”, Tese de Doutoramento em Sociologia, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, ISCTE-IUL.
- Pires, Rui Pena (2012), “O Problema da Ordem”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 69, pp. 31-45.
- Portela, Filipe Teixeira (2016), “Novas formas de participação e mobilização cívicas nas redes sociais”, *Sociologia online*, 11, pp. 22-41
- Quivy, Raymond, e LucVan Campenhoudt (2003), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva
- Santo, Paula Espírito (2019), *Sociologia Política e Eleitoral - Atitudes e Comportamento Eleitoral*, Lisboa, ISCSP – Universidade de Lisboa.
- Silva, Sofia Serra da, (2020), “A Campanha Eleitoral em 2019: Padrões de Exposição à informação política nos media e na internet”, em Marina Costa Lobo et al. (org) *Estudo Eleitoral Português 2019*, Arquivo Português de Informação Social, Lisboa. APIS0061, acessado em 2_07_2020<<http://hdl.handle.net/10400.20/2080>>.
- Vala, Jorge (1986), “Sobre as Representações Sociais - Para Uma Epistemologia do Senso Comum.” em José Madureira Pinto, *Caderno de Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento.

ANEXO A – MODELO E OPERACIONALIZAÇÃO

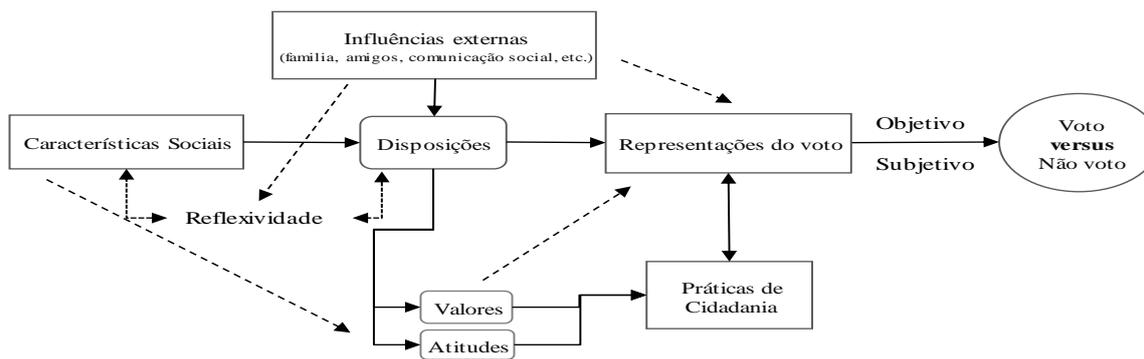


Figura 3-1 – Modelo de análise

Fonte: Adaptado com base na interpretação do modelo de análise de Jaffré e Perrineau (2006) e no quadro do campo de estudos das representações sociais e suas problematizações (Jodelet, 2018:432).

Quadro 3-1 – Operacionalização de conceitos

Fonte: Elaboração própria.

Conceitos	Dimensões	Variáveis	Indicadores
Disposições	Reflexividade	Forma discursiva das percepções	P3; P16.1
	Subjetivas	Definição do ato eleitoral	P12 d)
Representações sociais do voto	Objetivas	Interpretação do ato de votar	P1 b); d); e); f)
		Percepções sobre o sistema político	P1 a); P1 c); P7
		Percepção sobre simpatia política	P6
		Informação e interesse na política	P5; P14
		Razões para votar ou não votar	P3
Práticas de Cidadania	Atitudes	Mobilização ativa	P15
		Participação associativa	P13 a); b); d); f); g)
		Regularidade na participação eleitoral	P2
		Filiação a um grupo	P13 e); P23
	Valores	Satisfação com as instituições	P9; P10; P16
		Ações e valores cívicos	P11; P12 a); b); c); e)
		Socialização política	P4; P14
		Confiança nas instituições	P8
Características sociais	Idade	Idade	P18
	Sexo	Feminino, masculino	P19
	Escolaridade	Grau de escolaridade completo	P20
	Habitat	Percepção sobre o local onde mora	P17
	Setor de atividade	Público/Privado	P22
	Classe social	Profissão/Situação na Profissão	P21; P24; P25; P26

Quadro 3-2 – Consistência interna do modelo

Fonte: Base de dados SPSS, elaboração própria

Questões	Indicadores	Escalas	Consistência (Alpha de Cronbach)
P2. Costuma votar nas eleições identificadas?	Assembleia da República (Legislativas) Parlamento Europeu (Europeias) Presidência da República (Presidenciais) Autárquicas Locais	De 1 a 3 (escala 3 pontos) 1) Nunca; 2) Algumas vezes; 3) Sempre;	Alpha = 0,901
P8. Indique o grau de confiança que tem nas instituições abaixo identificadas?	Assembleia da República Ministério Público Presidente da República Junta de Freguesia Polícia; Vizinhos; Governo Tribunais; Câmara Municipal Provedor de justiça; Igreja	De 1 a 4 (escala de 4 pontos) 1) Nenhuma confiança 2) Pouca confiança 3) Alguma confiança 4) Muita confiança	Alpha=0,863
P9. Indique o grau de satisfação com:	A saúde em Portugal A educação em Portugal O Governo Português O estado atual da economia	De 1 a 4 (escala de 4 pontos) 1) Muito insatisfeito 2) Insatisfeito 3) Satisfeito 4) Muito satisfeito	Alpha=0,815
P11. Assinale o grau de importância que tem para si as seguintes ações:	Participar em ações de solidariedade Obedecer a todas as leis e regulamentos Participar num partido político Fazer voluntariado Ser uma pessoa politicamente ativa	De 1 a 4 (escala de 4 pontos) 1) Nada importante 2) Pouco importante 3) Importante 4) Muito importante	Alpha=0,678
P14. Indique a frequência com que vê/ouve notícias/programas sobre política	Redes Sociais Jornais/revistas em papel Jornais/Revistas online Televisão Rádio	De 1 a 6 (escala de 6 pontos) 1) Nenhuma; 2) Algumas vezes 3) Ao fim de semana 4) 3 vezes ao dia; 5) 5 vezes ao dia 6) Diariamente	Alpha=0,770

ANEXO B – QUADROS E FIGURAS DE SUPORTE À ANÁLISE DE DADOS

Quadro 3-3 – Consentimento dado pelos indivíduos que acederam responder ao inquérito

As suas respostas são utilizadas, apenas e só, no estudo identificado, se pretende prosseguir no inquérito, por favor, assinale a opção consentimento. Se não pretende continuar assinale, não dou consentimento.

Fonte: Base de dados SPSS, cálculos próprios

	N	%	% válida	% acumulada
Consentimento	1200	88,2	88,2	88,2
Não dou consentimento.	161	11,8	11,8	100,0
Total	1361	100,0	100,0	

Quadro 4-8 – Caracterização da amostra (N = 1050)

Fonte: Base de dados SPSS, cálculos próprios.

		N	%			N	%
Sexo	M	515	49,0	Profissão atual, ou a última no caso de não estar a trabalhar atualmente	Não se aplica	210	20,0
	F	535	51,0		Profissões das Forças Armadas	18	1,7
	Total	1050	100		Representantes do poder legislativo e de órgãos	32	3,0
Escala etária	18 a 34	285	27,1		Especialistas das atividades intelectuais e científicas	164	15,6
	35 a 44	266	25,3		Técnicos e profissões de nível intermédio	228	21,7
	45 a 54	247	23,5		Pessoal administrativo	228	21,7
	55 a 64	167	15,9		Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança, vendedores	47	4,5
	>= a 65	85	8,1		Agricultores e trabalhadores qualificados	11	1,0
	Total	1050	100		Trabalhadores qualificados da indústria	30	2,9
Grau de escolaridade completo	3.º ciclo EB	95	9,1		Operadores de instalações e máquinas	11	1,0
	Ensino Secundário	374	35,6	Trabalhadores não qualificados	71	6,8	
	Ensino Superior	581	55,3	Total	1050	100	
Habitat	Urbano	750	71,4	Patronato	Patrão com 9 ou menos empregados	26	23,9
	Rural	300	28,6		Patrão com 10 ou mais empregados	13	11,9
	Total	1050	100		Trabalhador independente	70	64,2
Situação face ao trabalho	Empregado por conta de outrem	657	62,6	Total	109	100	
	Empregado por conta própria	109	10,4	Setor de atividade	Setor público	332	49,0
	Desempregado(a)	59	5,6		Setor privado	346	51,0
	Doméstico(a)	9	0,9	Total	678	100	
	Reformado(a)	110	10,5	Filiação em sindicato	Sim	150	22,3
	Estudante	81	7,7		Não	522	77,7
	Estudante/trabalhador	25	2,4		Total	672	100
Total	1050	100					

Quadro 4-9 – Média dos indivíduos por sexo e idade (N = 1050)

Fonte: Base de dados SPSS, cálculos próprios

Sexo	N	Mediana	Média	Desvio Padrão	Máximo	Mínimo
Masculino	515	47,00	47,67	14,283	88	18
Feminino	535	41,00	40,44	13,174	78	18
Total	1050	44,00	43,98	14,191	88	18

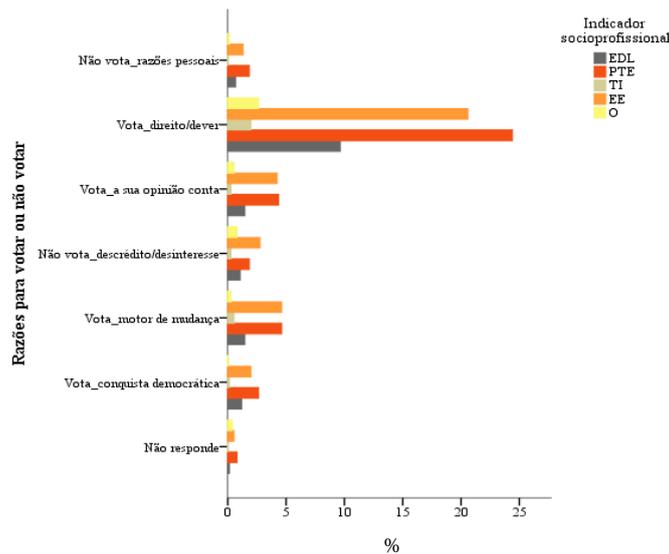


Figura 4-8 – Distribuição das razões para votar em função do indicador socioprofissional (%)
 Fonte: Base de dados SPSS, cálculos próprios

Quadro 4-10 – Distribuição da frequência de voto nas eleições em função do sexo (%)
 Teste de dependência do Qui-quadrado significativo * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$
 Fonte: Base de dados SPSS, cálculos próprios

		Sexo			
		M		F	
		N	%	N	%
Vota nas eleições Legislativas***	Nunca	8	25.8	23	74.2
	Algumas vezes	32	35.2	59	64.8
	Sempre	471	51.3	448	48.7
	Total	511	49.1	530	50.9
Vota nas eleições Europeias*	Nunca	27	34.2	52	65.8
	Algumas vezes	66	43.7	85	56.3
	Sempre	417	51.7	389	48.3
	Total	510	49.2	526	50.8
Vota nas eleições Presidenciais***	Nunca	14	43.8	18	56.3
	Algumas vezes	41	41.4	58	58.6
	Sempre	449	50.6	439	49.4
	Total	504	49.5	515	50.5
Vota nas eleições Autárquicas***	Nunca	12	27.9	31	72.1
	Algumas vezes	29	34.5	55	65.5
	Sempre	467	51.8	435	48.2
	Total	508	49.4	521	50.6

Quadro 4-11 – Resultados da regressão logística. Determinantes da tendência de voto.

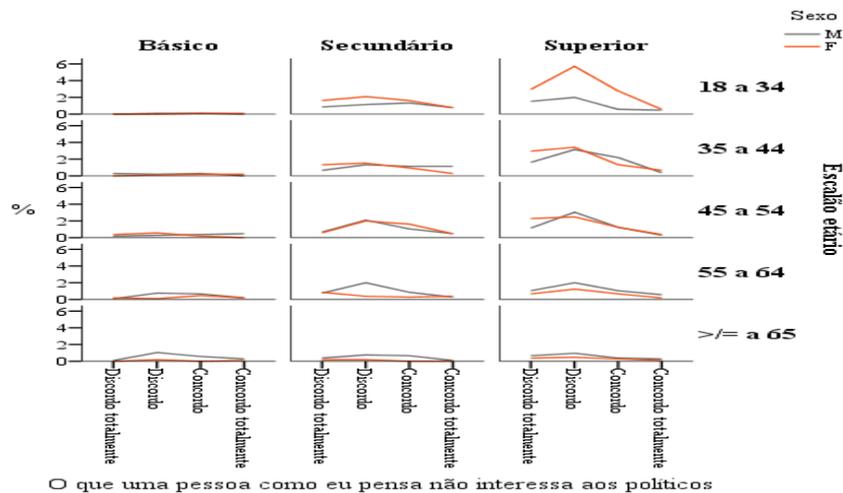
a. Variable(s) entered on step 1: Idade, Sexo_dummy, Grau de Escolaridade, Habitat, Interesse na Política, Confiança nas instituições, Satisfação com as instituições, Exposição à informação, Dificuldade em tomar posição sobre política.

Fonte: Base de dados SPSS, cálculos próprios

		Variables in the Equation					99% C.I. for EXP(B)		
		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	Lower	Upper
Step 1 ^a	Idade	,011	,010	1,189	1	,276	1,011	,985	1,037
	Sexo	-,301	,285	1,117	1	,291	,740	,355	1,542
	Grau de Escolaridade	-,012	,208	,004	1	,953	,988	,578	1,689
	Habitat	,374	,314	1,422	1	,233	1,454	,648	3,266
	Interesse na Política	,971	,181	28,899	1	,000	2,641	1,658	4,205
	Confiança nas instituições	1,555	,258	36,335	1	,000	4,734	2,436	9,199
	Satisfação com as instituições	,215	,240	,801	1	,371	1,240	,668	2,301
	Exposição à informação	-,047	,126	,143	1	,705	,954	,690	1,318
	Dificuldade em tomar posição sobre política	-,427	,213	4,011	1	,045	,653	,377	1,130
	Constant	-3,241	1,267	6,546	1	,011	,039		

Quadro 4-12 – Frequência com que os indivíduos vêm notícias/programas sobre política nos meios de comunicação (%)
 Teste de dependência do Qui-quadrado $p < 0,001$
 Fonte: Base de dados SPSS, cálculos próprios

	Redes sociais	Jornais/ revistas em papel	Jornais/Revistas on-line	Televisão	Rádio
	%	%	%	%	%
Nenhuma	7.7	17.0	9.0	4.0	13.9
Algumas vezes	33.0	43.4	35.8	27.4	40.2
Ao fim de semana	2.6	9.9	4.2	2.9	1.5
3 vezes por semana	6.0	6.4	8.3	6.3	5.5
5 vezes por semana	5.3	3.1	5.9	6.1	5.6
Diariamente	45.3	20.1	36.8	53.3	33.2



O que uma pessoa como eu pensa não interessa aos políticos

Figura 4-9– O que uma pessoa como eu pensa não interessa aos políticos, em função da escolaridade, da idade e do sexo (%)
 Fonte: Base de dados SPSS, elaboração própria.

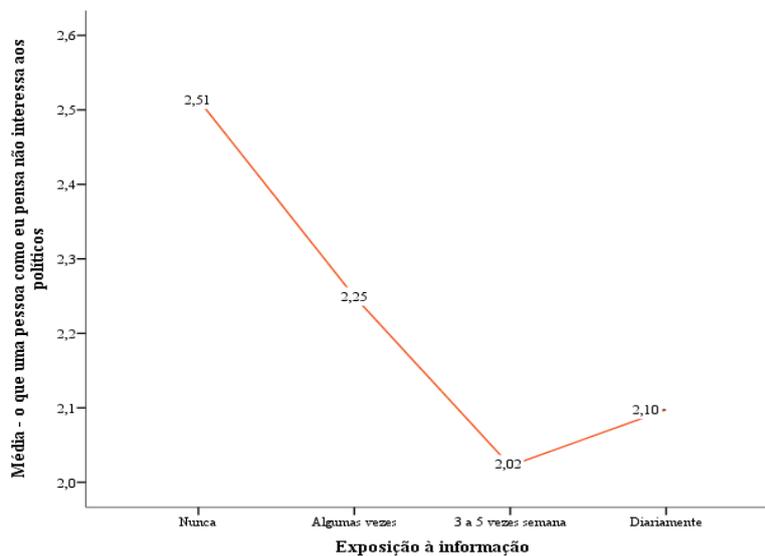


Figura 4-10 – Média do que uma pessoa como eu pensa não interessa aos políticos em função da exposição à informação política
 Fonte: Base de dados SPSS, cálculos próprios



Figura 4-11– Nuvem de palavras referente à sua repetição nas respostas à questão: P16_1 - quais as mudanças?
 Fonte: Base de dados SPSS, cálculos próprios

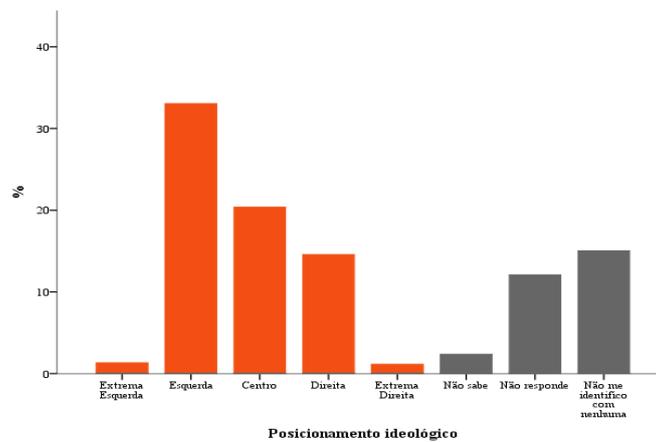


Figura 4-12– Distribuição do posicionamento ideológico (%),
 Fonte: Base de dados SPSS, cálculos próprios.

Quadro 4-13 – Posicionamento ideológico em função das características sociais, em linha (%)

Legenda: T= total; EDL – Empresário, Dirigentes e Profissionais Liberais; PTE – Profissionais Técnicos e de Enquadramento; TI – Trabalhadores Independentes (inclui os agricultores independentes); EE – Empregados Executantes; O – Operários (inclui assalariados agrícolas); Inativos: De= desempregados; R= reformados; E= estudantes; Do= doméstico
 Fonte: Base de dados SPSS, elaboração própria.

N	Sexo (%)		Escalaão etário (%)					Escolaridade (%)			Habitat (%)		Indicador socioprofissional (%)					Inativos (%)					
	T	M	F	18 /34	35 /44	45 /54	55 /64	≤ 65	B	Sec	Sup	U	R	EDL	PTE	TI	EE	O	T	De	R	E	Do
Extrema esquerda	14	86	14	29	43	0	7	21	0	7	93	79	21	13	88	0	0	0	6	0	50	50	0
Esquerda	347	52	48	26	23	21	23	8	9	35	55	78	22	15	47	2	32	4	97	13	46	38	2
Centro	214	57	43	21	23	27	16	13	9	27	64	65	35	22	48	3	25	2	70	13	49	36	3
Direita	153	55	45	26	27	31	9	9	5	35	60	66	34	18	38	3	33	8	35	26	29	40	6
Extrema direita	12	75	25	33	42	17	0	8	8	67	25	75	25	18	27	0	46	9	1	0	100	0	0
Não sabe	25	20	80	76	16	4	4	0	0	44	56	76	24	6	24	0	59	12	8	25	0	63	13
Não responde	127	26	74	28	26	27	15	5	13	39	48	69	31	13	27	6	50	4	33	46	30	21	3
Não me identifiquei com nenhuma	158	44	56	31	31	20	12	6	12	44	44	71	29	12	32	5	46	6	34	32	21	44	3

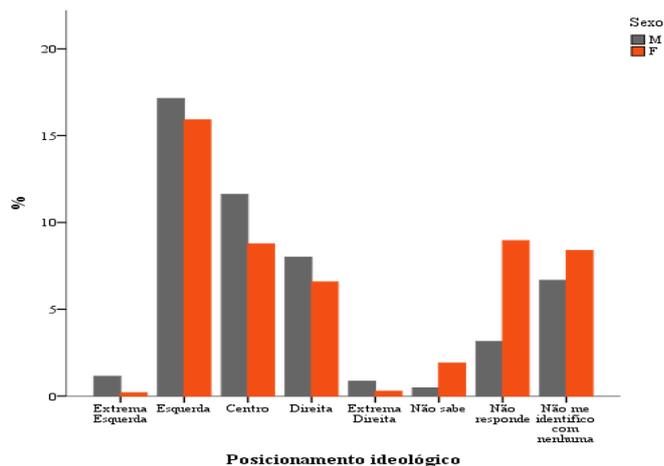


Figura 4-13 – Distribuição do posicionamento ideológico em função do sexo (%)
 Fonte: Base de dados SPSS, cálculos próprios.

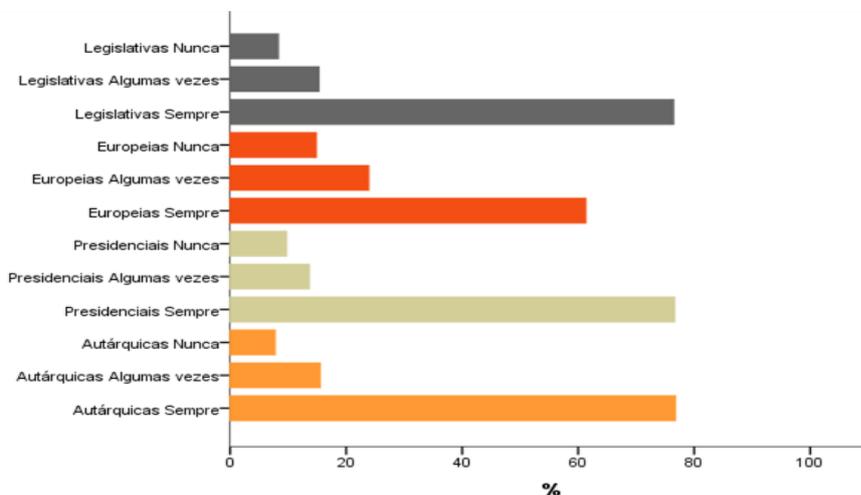


Figura 4-14 – Distribuição dos indivíduos sem identificação ideológica em função da regularidade de voto nas eleições (%)
 Fonte: Base de dados SPSS, cálculos próprios

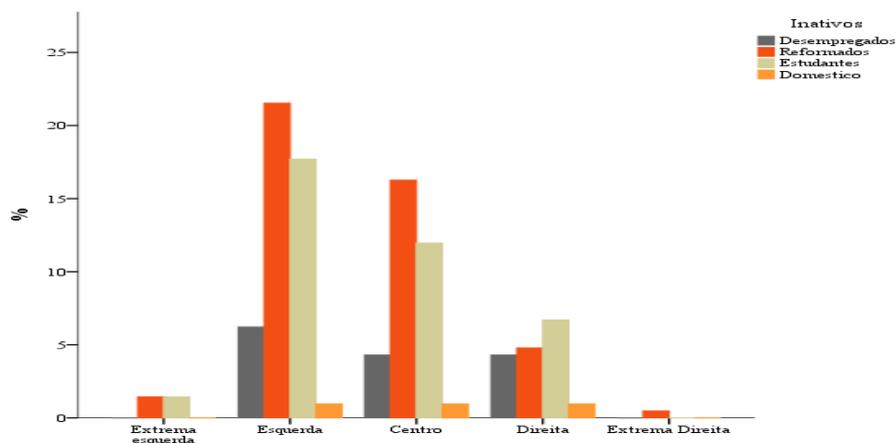


Figura 4-15 – Distribuição posicionamento político em função do inativos (%)
 Fonte: Base de dados SPSS, cálculos próprios.

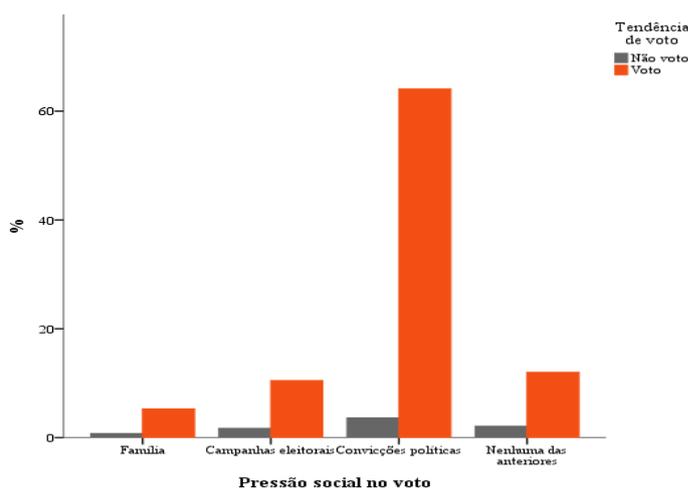


Figura 4-16 – Distribuição da tendência de voto com a pressão social no voto (%)

Fonte: Base de dados SPSS, cálculos próprios.

Quadro 4-14 – Caracterização dos indivíduos que têm participação associativa ativa (%)

 Teste de dependência do Qui-quadrado significativo * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$; ns (não significativo)

Fonte: Base de dados SPSS, cálculos próprios.

		Participação Associativa (%) (em coluna)						
		Organização não governamental	Organizações cívicas ou comunitárias	Trabalho comunitário	Organização ambiental	Ações de voluntariado nacional/internacional	Instituições de solidariedade social	Total
		%	%	%	%	%	%	%
Sexo***	M	65,8	58,3	58,2	66,3	47,6	55,6	52,9
	F	34,2	41,7	41,8	33,7	52,4	44,4	47,1
Escala etária***	18 a 34	21,7	21,2	24,1	19,3	27,9	22,3	25,3
	35 a 44	27,5	25,0	26,6	31,3	28,4	25,3	26,4
	45 a 54	23,4	26,3	25,5	31,3	23,1	23,0	23,0
	55 a 64	16,3	17,2	16,0	10,8	12,6	18,9	17,0
	>= a 65	11,2	10,4	7,7	7,2	8,0	10,5	8,3
Grau de escolaridade completo**	Básico	8,1	5,8	6,0	8,4	3,6	7,1	7,2
	Secundário	31,2	33,6	33,0	26,5	31,1	33,9	33,1
	Superior	60,7	60,6	61,0	65,1	65,3	59,0	59,7
Habitat***	Urbano	67,8	65,7	69,3	66,3	26,5	76,2	68,8
	Rural	32,2	34,3	30,7	33,7	48,5	23,8	31,2
Interesse na Política***	Nenhum interesse	1,7	2,3	1,7	2,4	1,9	2,1	2,4
	Pouco interesse	7,5	11,6	10,6	9,6	12,9	11,2	13,1
	Algum interesse	45,4	44,7	48,1	36,1	51,2	47,8	47,9
	Muito interesse	45,4	41,4	39,5	51,8	34,0	39,0	36,6
Exposição à informação política***	Nunca	4,1	7,1	8,9	9,6	8,5	7,1	8,7
	Algumas vezes	40,0	38,1	40,1	32,5	40,8	39,9	41,4
	3 / 5 vezes semana	9,5	8,6	7,2	7,2	9,0	8,9	9,0
	Diariamente	46,4	46,2	43,8	50,6	41,7	44,2	41,0
ns Indicador socioprofissional	EDL	17,2	18,0	20,9	15,4	15,2	18,8	17,3
	PTE	43,9	43,5	39,9	43,1	43,9	42,0	42,4
	TI	4,1	2,9	3,0	3,1	2,6	2,5	2,6
	EE	32,6	32,7	34,0	36,9	35,3	34,0	34,2
	O	2,3	2,9	2,2	1,5	3,0	2,8	3,5
Filiar-se Partido político**	Não	51,2	57,6	59,3	50,6	65,3	58,5	63,9
	Sim	48,8	42,4	40,7	49,4	34,7	41,5	36,1
ns Filiação em sindicato	Sim	26,5	20	21,1	25	19	22,9	21,9
	Não	73,5	80	78,9	75	81	77,1	78,1

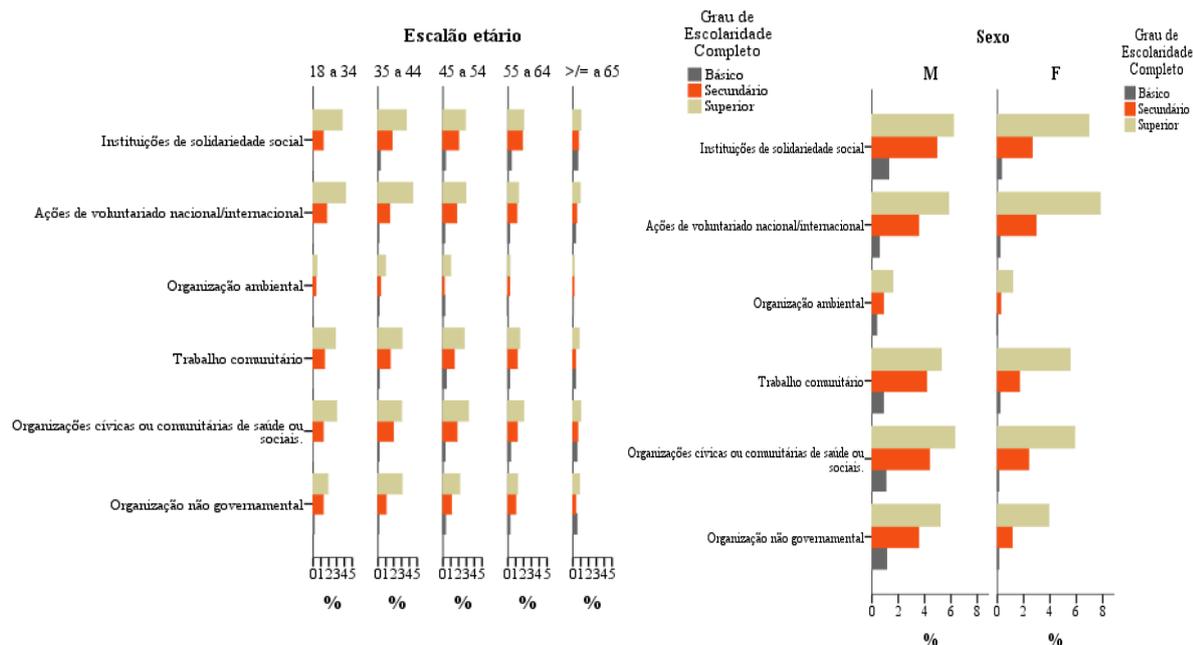


Figura 4-17 – Participação associativa ativa em função da escolaridade e do escalão etário e, do sexo (%)
 Fonte: Base de dados SPSS, elaboração própria.

Quadro 4-15 – Mobilização ativa – Frequência das Ações cívicas (%)

a. Dichotomy group tabulated at value 1.

Fonte: Base de dados SPSS, cálculos próprios.

		Respostas	
		N	%
Ações cívicas ^a	Contactou um membro do governo	139	10,0%
	Contactou um jornal ou revista	96	6,9%
	Esteve num programa de rádio ou televisão	55	3,9%
	Participou num protesto público	157	11,2%
	Assinou uma petição	538	38,5%
	Nenhuma das anteriores	411	29,4%

Quadro 4-16 – Caracterização dos indivíduos com mobilização ativa (ações cívicas) (%)

Teste de dependência do Qui-quadrado significativo * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$; ns (não significativo)

Fonte: Base de dados SPSS, cálculos próprios.

		Ações cívicas (em coluna)					
		Contactou um membro do governo	Contactou um jornal ou revista	Programa de rádio ou televisão	Participou num protesto público	Assinou uma petição	Total
		%	%	%	%	%	%
Sexo***	M	60.4	79.2	92.7	59.2	47.2	50.5
	F	39.6	20.8	7.3	40.8	52.8	49.5
Escalão etário***	18 a 34	15.8	12.5	3.6	26.1	29.0	26.9
	35 a 44	30.2	17.7	27.3	25.5	26.4	26.3
	45 a 54	29.5	31.3	27.3	19.1	21.2	22.7
	55 a 64	13.7	19.8	23.6	15.9	14.9	15.0
	>= a 65	10.8	18.8	18.2	13.4	8.6	9.2
nsGrau de Escolaridade Completo	Ensino Básico	9.4	7.3	10.9	7.6	6.3	7.0
	Ensino Secundário	33.8	36.5	21.8	33.1	35.5	35.2
	Ensino Superior	56.8	56.3	67.3	59.2	58.2	57.8
Habitat***	Urbano	62,6	70,8	58,2	28,0	24,2	75,3
	Rural	37,4	29,2	41,8	74,5	51,3	24,7
Interesse na Política*	Nenhum interesse	.7	3.1	3.6	25.5	1.9	2.0
	Pouco interesse	5.0	7.3	1.8	5.7	12.5	12.0
	Algum interesse	41.7	32.3	32.7	33.1	48.0	47.3
	Muito interesse	52.5	57.3	61.8	58.6	37.7	38.6
Exposição à informação política***	Nunca	7.2	2.1	1.8	6.4	9.1	9.2
	Algumas vezes	27.3	29.2	36.4	36.3	40.5	39.4
	3/5 vezes semana	9.4	13.5	9.1	9.6	8.6	8.9
Posicionamento ideológico**	Diariamente	56,1	55,2	52,7	47,8	41,8	42,5
	Extrema esquerda	.8	4.4	3.9	5.5	2.5	2.4
	Esquerda	37.0	42.2	37.3	49.0	42.4	40.3
	Centro	29.9	28.9	27.5	21.4	23.6	24.1

	Direita	17.3	17.8	19.6	13.1	15.9	17.6
	Extrema Direita	.8	1.1	2.0	2.1	1.4	1.2
	Sem identificação	14.2	5.6	9.8	9.0	14.1	14.3
Filiado num partido político***	Não	41.7	44.8	36.4	59.9	66.9	65.2
	Sim	58.3	55.2	63.6	40.1	33.1	34.8
Filiação em sindicato***	Sim	22.5	26.0	21.2	48.3	25.4	25.0
	Não	77.5	74.0	78.8	51.7	74.6	75.0
Indicador socioprofissional**	EDL	24.8	25.4	32.6	21.2	17.6	18.8
	PTE	36.6	45.8	53.5	45.2	45.4	43.2
	TI	6.9	.0	2.3	.0	2.4	2.9
	EE	24.8	28.8	9.3	28.8	29.9	29.9
	O	6.9	.0	2.3	4.8	4.7	5.1

Quadro 4-17 – Distribuição das perceções sobre práticas sociais em função da tendência para votar (%)
 Teste dependência do qui-quadrado significativo * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$; ns (não significativo)
 Fonte: Base de dados SPSS, cálculos próprios.

		Tendência de voto			
		Não voto		Voto	
		N	%	N	%
Todas as pessoas têm os mesmos direitos*	Discordo totalmente	11	12.8	57	5.9
	Discordo	9	10.5	167	17.3
	Concordo	24	27.9	340	35.3
	Concordo totalmente	42	48.8	400	41.5
	Total	86	100.0	964	100.0
As pessoas devem aderir a movimentos sociais para reivindicar os seus direitos ^{ns}	Discordo totalmente	3	3.5	44	4.6
	Discordo	19	22.1	272	28.2
	Concordo	46	53.5	501	52.0
	Concordo totalmente	18	20.9	147	15.2
Participar na sociedade é importante para a mudança social ^{ns}	Discordo totalmente	2	2.3	2	.2
	Discordo	4	4.7	26	2.7
	Concordo	44	51.2	541	56.1
	Concordo totalmente	36	41.9	395	41.0
	Total	86	100.0	964	100.0
As manifestações e os protestos não contribuem para a resolução de problemas***	Discordo totalmente	21	24.4	178	18.5
	Discordo	35	40.7	520	53.9
	Concordo	19	22.1	234	24.3
	Concordo totalmente	11	12.8	32	3.3
	Total	86	100.0	964	100.0

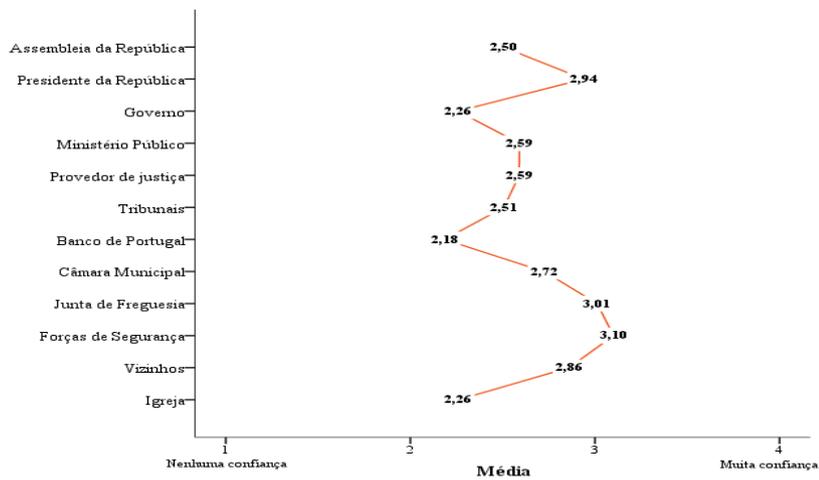


Figura 4-18 – Média da Confiança nas Instituições (n=1050)
 Fonte: Base de dados SPSS, cálculos próprios.

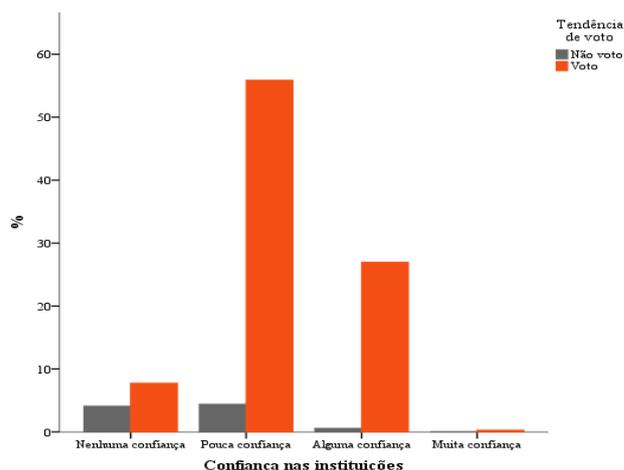


Figura 4-19 – Distribuição da confiança nas instituições em função da tendência de voto (%)
 Fonte: Base de dados SPSS, cálculos próprios.

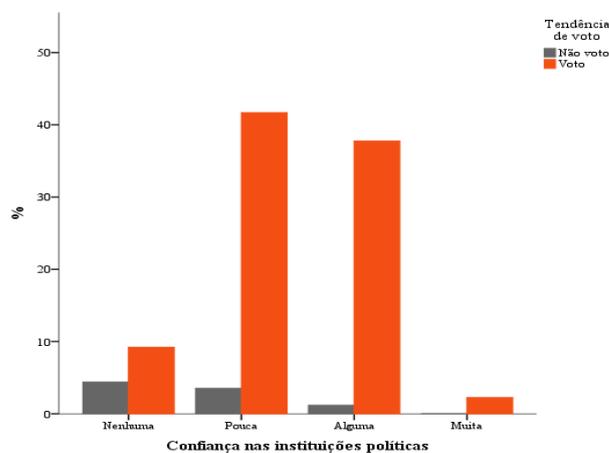


Figura 4-20 – Distribuição da confiança nas instituições políticas em função da tendência de voto (%)
 Fonte: Base de dados SPSS, cálculos próprios.

Quadro 4-18 – Determinantes da confiança nas instituições políticas (%)

Teste de independência do qui-quadrado * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$; ns (não significativo)

Fonte: Base de dados SPSS, cálculos próprios.

		Confiança Instituições políticas								Total	
		Nenhuma Confiança		Pouca confiança		Alguma Confiança		Muita Confiança			
		N	%	N	%	N	%	N	%		
Sexo**	M	88	17.1	236	45.8	174	33.8	17	3.3	515	100.0
	F	59	11.0	243	45.4	227	42.4	6	1.1	535	100.0
Escala etária ^{ns}	18 a 34	44	15.4	127	44.6	110	38.6	4	1.4	285	100.0
	35 a 44	32	12.0	135	50.8	93	35.0	6	2.3	266	100.0
	45 a 54	30	12.1	113	45.7	99	40.1	5	2.0	247	100.0
	55 a 64	23	13.8	74	44.3	66	39.5	4	2.4	167	100.0
	>= a 65	18	21.2	30	35.3	33	38.8	4	4.7	85	100.0
Grau de Escolaridade Completo***	Básico	20	21.1	44	46.3	25	26.3	6	6.3	95	100.0
	Secundário	75	20.1	168	44.9	124	33.2	7	1.9	374	100.0
	Superior	52	9.0	267	46.0	252	43.4	10	1.7	581	100.0
Setor de atividade**	Setor público	44	13.3	133	40.1	145	43.7	10	3.0	332	100.0
	Setor privado	36	10.4	182	52.6	122	35.3	6	1.7	346	100.0
Habitat ^{ns}	Urbano	106	14.1	333	44.4	298	39.7	13	1.7	750	100.0
	Rural	41	13.7	146	48.7	103	34.3	10	3.3	300	100.0

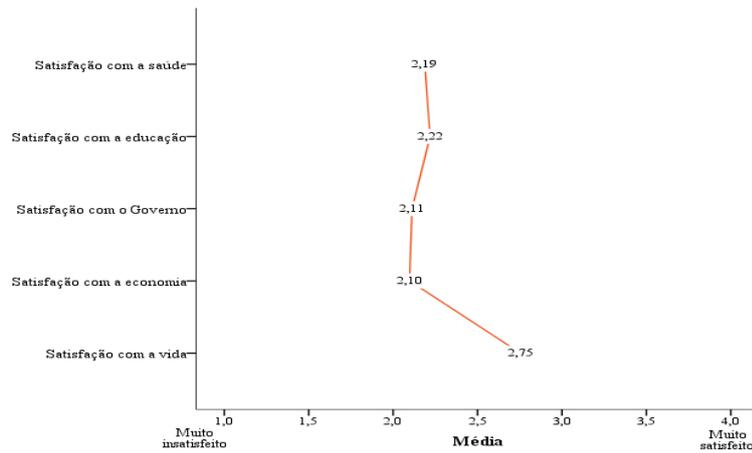


Figura 4-21 – Média da Satisfação com as Instituições e vida em geral
 Fonte: Base de dados SPSS, cálculos próprios.

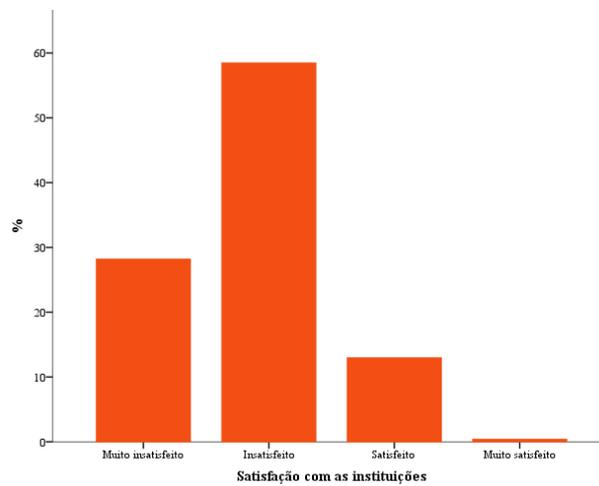


Figura 4-22 – Distribuição da satisfação com as instituições (%)
 Fonte: Base de dados SPSS, cálculos próprios.

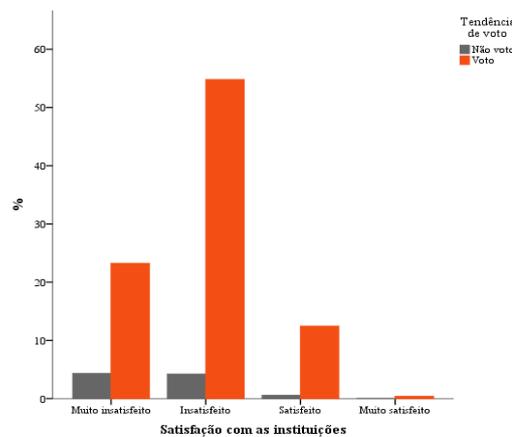


Figura 4-23 – Distribuição da satisfação com as instituições em função da tendência de voto (%)
 Fonte: Base de dados SPSS, cálculos próprios.

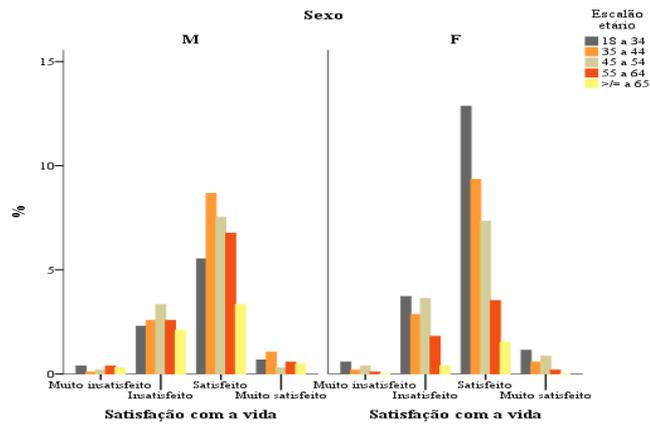


Figura 4-24 – Satisfação com a vida em função do sexo e escalão etário (%)
 Fonte: Base de dados SPSS, cálculos próprios.

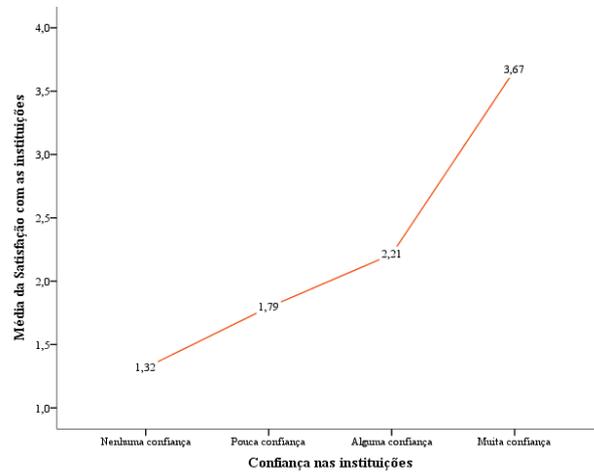


Figura 4-25 – Média da satisfação com as instituições segundo a confiança
 Fonte: Base de dados SPSS, cálculos próprios.

ANEXO C – INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

1. Assinale se concorda ou discorda das seguintes afirmações:

	<i>Discordo totalmente</i>	<i>Discordo</i>	<i>Concordo</i>	<i>Concordo totalmente</i>
a. A política é para os políticos	01	02	03	04
b. Votar é a única forma de escolher como o país deve ser governado	01	02	03	04
c. Tudo o que faço no dia a dia é política	01	02	03	04
d. Deveria ser obrigatório votar	01	02	03	04
e. Deveria existir o voto eletrónico	01	02	03	04
f. Votar é a única forma de penalizar o governo	01	02	03	04
g. O que uma pessoa como eu pensa não interessa aos políticos	01	02	03	04

2. Costuma votar nas eleições abaixo identificadas?

	<i>Nunca</i>	<i>Algumas Veze</i>	<i>Sempre</i>	<i>Não tinha idade para votar</i>
<i>Assembleia da República (Legislativas)</i>	01	02	04	88
<i>Parlamento Europeu (Europeias)</i>	01	02	04	88
<i>Presidência da República (Presidenciais)</i>	01	02	04	88
<i>Autárquicas Locais</i>	01	02	04	88

3. Diga qual a razão por que vota ou, porque não vota, nas eleições

4. As minhas decisões de voto têm em conta:

A minha família	01
Os meus amigos	02
As mensagens das campanhas eleitorais	03
As minhas convicções políticas	04
Nenhuma das anteriores	05

5. De um modo geral qual o seu interesse pela política?

Nenhum interesse	01
Pouco interesse	02
Alguns interesse	03
Muito interesse	04

6. Indique onde se situa a sua simpatia política.

Extrema esquerda	01
Esquerda	02
Centro	03
Direita	04
Extrema direita	05
Não sabe	06
Não responde	07
Não me identifico com nenhuma	08

7. Diga qual o grau de dificuldade que sente para tomar uma posição sobre questões políticas:

Sem dificuldade	01
Pouca dificuldade	02
Muita dificuldade	03
Não tomo posição sobre política	04

8. Indique o grau de confiança que tem nas instituições abaixo identificadas:

	<i>Nenhuma confiança</i>	<i>Pouca confiança</i>	<i>Alguma confiança</i>	<i>Muita Confiança</i>
a) Assembleia da República	01	02	03	04
b) Ministério Público	01	02	03	04
c) Presidente da República	01	02	03	04
d) Junta de Freguesia	01	02	03	04
e) Polícia	01	02	03	04
f) Vizinhos	01	02	03	04
g) Governo	01	02	03	04
h) Tribunais	01	02	03	04
i) Câmara Municipal	01	02	03	04
j) Provedor de justiça	01	02	03	04
k) Igreja	01	02	03	04

9. Indique o seu grau de satisfação com:

		<i>Muito insatisfeito</i>	<i>Insatisfeito</i>	<i>Satisfeito</i>	<i>Muito satisfeito</i>
a)	A saúde em Portugal	01	02	03	04
b)	A educação em Portugal	01	02	03	04
c)	O Governo Português	01	02	03	04
d)	O estado atual da economia	01	02	03	04
e)	A sua vida em geral	01	02	03	04

10. A sua situação económica alterou-se nos últimos 5 anos?

Manteve-se igual	01
Piorou	02
Melhorou	03

11. Assinale o grau de importância que tem para si as seguintes ações:

		<i>Nada importante</i>	<i>Pouco importante</i>	<i>Importante</i>	<i>Muito importante</i>
a)	Participar em ações de solidariedade	01	02	03	04
b)	Obedecer a todas as leis e regulamentos	01	02	03	04
c)	Participar num partido político	01	02	03	04
d)	Fazer voluntariado	01	02	03	04
e)	Ser uma pessoa politicamente ativa	01	02	03	04

12. Assinale se concorda ou discorda das seguintes afirmações:

		<i>Discordo totalmente</i>	<i>Discordo</i>	<i>Concordo</i>	<i>Concordo totalmente</i>
a)	Todas as pessoas têm os mesmos direitos	01	02	03	04
b)	As pessoas devem aderir a movimentos sociais para reivindicar os seus direitos	01	02	03	04
c)	Participar na sociedade é importante para a mudança social	01	02	03	04
d)	Votar é um ato de cidadania	01	02	03	04
e)	As manifestações e os protestos não contribuem para a resolução de problemas	01	02	03	04

13. Assinale as afirmações verdadeiras relativamente à sua situação

a)	Faço (fiz) parte de uma organização não governamental	01
b)	Colaborei (colaborei) em organizações cívicas ou comunitárias envolvida em serviços de saúde ou sociais.	02
c)	Desenvolvo (desenvolvi) trabalho comunitário	03
d)	Pertenço (pertenci) a uma organização ambiental	04
e)	Pertenço (pertenci) a um partido político	05
f)	Colaborei (colaborei) em ações de voluntariado nacional/internacional	06
g)	Colaborei (colaborei) em instituições de solidariedade social	07

14. Indique a frequência com que vê/ouve notícias/programas sobre política

	<i>Nenhuma</i>	<i>Algumas vezes</i>	<i>Ao fim de semana</i>	<i>3 vezes por semana</i>	<i>5 vezes por semana</i>	<i>Diariamente</i>
<i>Redes Sociais</i>	01	02	03	04	05	06
<i>Jornais/revistas em papel</i>	01	02	03	04	05	06
<i>Jornais/Revistas online</i>	01	02	03	04	05	06
<i>Televisão</i>	01	02	03	04	05	06
<i>Rádio</i>	01	02	03	04	05	06

15. Da lista abaixo indicada, indique qual destas ações praticou nos últimos 6 meses.

Contactou um membro do governo para expressar a sua opinião sobre determinada questão	01
Contactou um jornal ou revista para expressar a sua opinião sobre determinada questão	02
Esteve num programa de rádio ou televisão para expressar a sua opinião sobre determinada questão	03
Participou num protesto público por uma determinada causa	04
Assinou uma petição sobre uma questão social ou política	05
Nenhuma das anteriores	06

16. Em seu entender acha que deveria haver mudanças no sistema político português?

Sim	01
Não	02

16.1. Se respondeu sim, quais?

17. Como identifica o lugar onde vive

Uma vila	01
Uma aldeia	02
Uma grande Cidade	03
Uma pequena cidade	04

Uma zona balnear	05
Uma zona rural	06

18. Qual a sua idade? _____

19. Indique o sexo:

Masculino	01
Feminino	02

20. Qual o grau de escolaridade mais elevado que completou?

Nenhum (Sabe ler e escrever, sem grau de escolaridade)	01
Ensino Básico 1 (até à 4ª classe, instrução primária (3º ou 4º ano))	02
Ensino Básico 2 (preparatório/5º e 6º anos / 5ª ou 6ª classe, 1º ciclo dos liceus ou do ensino técnico comercial ou industrial)	03
Ensino Básico 3 (certificado de conclusão de um dos seguintes graus de escolaridade: 9º ano; 5º ano dos liceus; escola comercial / industrial; 2º ciclo dos liceus ou do ensino técnico comercial ou industrial)	04
Ensino Secundário - cursos científico-humanísticos (certificado de conclusão de um dos seguintes graus de escolaridade: 12º ano; 7º ano dos liceus; propedêutico; serviço cívico)	05
Ensino Secundário - cursos tecnológicos, cursos artísticos especializados (artes visuais e audiovisuais, dança, música), cursos profissionais. Cursos de educação e formação de tipo 5, 6 e 7. Atribuição de "Diploma de Qualificação Profissional de Nível 3"	06
Cursos de especialização tecnológica. Atribuição de "Diploma de Especialização Tecnológica"	07
Licenciatura	08
Mestrado	09
Doutoramento	10
Outro. Qual? _____	11

21. Qual a sua situação?

Empregado(a) por conta de outrem	01
Empregado por conta própria	02
Desempregado(a)	03
Doméstico(a)	04
Reformado(a)	05
Estudante	06
Estudante/trabalhador	07

22. Assinale a afirmação correspondente à sua situação

Sou trabalhador(a) no setor público	01
Sou trabalhador(a) no setor privado	02

23. Está filiado em algum sindicato?

Sim	01
Não	02

24. Se é empregado por conta própria diga onde se enquadra:

Patrão com 9 ou menos empregados	01
Patrão com 10 ou mais empregados	02
Trabalhador independente	03

25. Qual é a sua profissão atual, ou a última no caso de não estar a trabalhar atualmente?

Profissões das Forças Armadas	01
Representantes do poder legislativo e executivo, diretores e gestores executivos	02
Especialistas das atividades intelectuais e científicas	03
Técnicos e profissões de nível intermédio	04
Pessoal administrativo	05
Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	06
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, pesca e floresta	07
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	08
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	09
Trabalhadores não qualificados	10

26. E diga qual foi a sua situação nessa profissão. Trabalhador por conta de outrem ou por conta própria?

TERMINOU O PREENCHIMENTO DESTA INQUÉRITO. OBRIGADA PELA COLABORAÇÃO.

Fonte: *Elaboração própria.*